



Direito à cidadania. A política social brasileira em debate

Maria Sarah da Silva Telles

“Enquanto nos contentarmos com o Bolsa Família, não haverá mudanças”

Sonia Fleury

Cidadania: caminho para a concretização das igualdades sociais

Marilene Maia

Políticas igualitárias: caminho para garantia dos direitos sociais

E mais:

>> **Castor Ruiz**

O estado de exceção como paradigma de governo

>> **Congresso Continental de Teologia:**

Novas perguntas para alimentar a esperança.

Direito à cidadania. A política social brasileira em debate

A recente criação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o anúncio do programa “Brasil sem miséria” e a recente pesquisa revelando que 16 milhões de brasileiros vivem na pobreza extrema, ou seja, uma população equivalente ao Chile, suscitam o debate sobre a política social brasileira na IHU On-Line desta semana.

Contribuem na discussão **Maria Sarah Telles**, professora e pesquisadora no Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio; **Josué Pereira da Silva**, professor da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; **Marilene Maia**; assistente social e professora do curso de Serviço Social da Unisinos e coordenadora do Observatório de Políticas Sociais do Vale do Rio dos Sinos - ObservaSinos; **Potyara Amazoneida Pereira**, professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília - UnB; **Sonia Fleury**, pesquisadora na Fundação Getúlio Vargas - FGV, do Rio de Janeiro; e **José Antônio Moroni**, professor e pesquisador do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, de Brasília.

A vida e a obra de **Ignácio Ellacuría**, filósofo e reitor da Universidade Centro-Americana - UCA, de San Salvador, confiada, como a Unisinos, à Companhia de Jesus, assassinado juntamente com mais cinco companheiros, no dia 16 de novembro de 1989, é tema de três conferências de **José Mora Galiana**, professor da Universidade Pública Pablo de Olavide, de Sevilha, Espanha. Na entrevista publicada nesta edição, **Galiana** descreve a contribuição específica de **Ellacuría** para a Filosofia Latino-Americana.

No próximo ano a Unisinos será a sede do Congresso Continental de Teologia. Recentemente, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, foi lançado o sítio do Congresso. Na oportunidade foi realizada a entrevista com **María del Socorro Martínez**, do México, **Pablo Bonavía**, do Uruguai e **Roberto Urbina**, do Chile, membros da Comissão Organizadora do evento.

O marco regulatório dos meios de comunicação, a Igreja na internet e a exceção jurídica e o governo da vida humana segundo **Giorgio Agamben**, são temas dos artigos que completam esta edição. Também pode ser lida uma entrevista com **José María Aguirre Oraá**, professor da Universidade de La Rioja, Espanha, abordando aspectos da obra de **Miguel de Unamuno** e **Ortega y Gasset**.

A todas e a todos uma ótima semana e uma excelente leitura.

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da Revista IHU On-Line: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br), Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br) e Thamiris Magalhães (thamirism@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patrícia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Rafaela Kley e Stefanie Telles. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | **Maria Sarah da Silva Telles:** “Enquanto nos contentarmos com o Bolsa Família, não haverá mudanças”

PÁGINA 07 | **Sonia Fleury:** Cidadania: caminho para a concretização das igualdades sociais

PÁGINA 10 | **José Moroni:** Assistência social: a política que oportuniza o acesso a todos os direitos

PÁGINA 12 | **Josué Pereira da Silva:** Renda básica: alternativa para a diminuição das desigualdades sociais

PÁGINA 14 | **Marilene Maia:** Políticas igualitárias: caminho para garantia dos direitos sociais

PÁGINA 17 | **Potyara Amazoneida Pereira Pereira:** Democracia: regime ideal para o exercício da política social

B. Destaques da semana

» Entrevista da Semana

PÁGINA 20 | **José María Aguirre Oraá:** A trágica e angustiante consciência da finitude da vida

» Teologia Pública

PÁGINA 23 | **María del Socorro Martínez, Pablo Blonavía e Roberto Urbina:** Congresso Continental de Teologia: novas perguntas para alimentar a esperança

» Artigo da Semana

PÁGINA 27 | **Thamiris Magalhães de Sousa:** A Igreja na internet: surgimento de uma religião 2.0?

» Coluna do Cepos

PÁGINA 30 | **Luciano Gallas:** Governos, políticas públicas e comunicação

» Destaques On-Line

PÁGINA 32 | **Destaques On-Line**

C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 36 | **José Mora Galiana:** Filosofia da Libertação e direitos humanos no pensamento de Ellacuría

PÁGINA 39 | **Castor Ruiz:** O estado de exceção como paradigma de governo

» IHU Repórter

PÁGINA 42 | **Vítor Fabian Brock**



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

“Enquanto nos contentarmos com o Bolsa Família, não haverá mudanças”

Para Maria Sarah da Silva Telles, o Bolsa Família é um programa que unificou e ampliou as políticas sociais para os miseráveis numa política focalizada que tem algumas restrições se comparada com as políticas universalistas

POR GRAZIELA WOLFART E THAMIRIS MAGALHÃES

“**A**qui, talvez, esteja o nó da questão social: apesar de quase oito anos do Programa Bolsa Família, temos a constatação pelo Censo de 2010 de uma enorme miséria, ou pessoas que vivem em extrema pobreza. A resposta é simples, mas o diagnóstico ou a solução é complexa, pois remete ao enfrentamento do tipo de desenvolvimento que estamos implementando, bem como da política econômica em curso: tudo converge para o aumento da riqueza do capital financeiro, tudo se dirige para a geração de lucros astronômicos como ‘jamais antes neste país’ conhecemos. Mas a questão social fica relegada aos mínimos sociais, à ajuda para evitar o colapso social, para que os pobres não se revoltem, permaneçam confiantes de que os governos estão atentos às suas demandas. Será que, de fato, estão?”. O questionamento é da professora Maria Sarah da Silva Telles, da PUC-Rio, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Maria Sarah da Silva Telles é socióloga, professora e pesquisadora, atualmente na direção do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, é mestre em Sociologia pela Université de Toulouse II, onde também obteve o diploma de mestre em Sociologia, e graduada em Ciências Sociais pela PUC-Rio. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a sua avaliação de programas sociais do governo como SUAS, Bolsa Família e Brasil sem Miséria?

Maria Sarah da Silva Telles - Sobre o SUAS, trata-se da regulamentação de uma exigência da Constituição de 1988, criando o Sistema Único de Assistência Social¹, que é de responsabilidade do Estado. Trata-se de um grande avanço, mais uma conquista da Constituição Federal de 1988, que tardiamente é regulamentada: o direito de todas e todos que necessitem de assistência, um direito de cidadania. Quanto ao Bolsa Família², programa do governo

Lula que unificou e ampliou as políticas sociais para os miseráveis, trata-se de uma política focalizada que tem algumas restrições, se comparada com as políticas universalistas. Trata-se também de mínimos sociais - como a Assistência Social - para aqueles e aquelas que não possuem condições mínimas para a sobrevivência: renda de até 140 reais por pessoa/mês, o que dá menos de 5 (cinco) reais por dia. Quando a pessoa/criança/adolescente/idoso ultrapassa este limite, o benefício é suspenso. Estamos falando de valores

gos programas implantados no Governo FHC: o “Bolsa Escola”, o “Auxílio Gás” e o “Cartão Alimentação”. O PBF é tecnicamente chamado de mecanismo condicional de transferência de recursos. Consiste-se na ajuda financeira às famílias pobres, definidas como aquelas que possuem renda per capita de R\$ 10,00 até 140,00 e extremamente pobres com renda per capita até R\$ 10,00. A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham seus filhos e/ou dependentes com frequência na escola e vacinados. (Nota da **IHU On-Line**)

muito baixos: quem, por exemplo, dispõe de 6 (seis) reais por dia, já não tem direito ao benefício. Quanto ao Brasil sem Miséria, resultado da constatação da permanência de uma enorme miséria no Brasil, pretende ampliar o Programa Bolsa Família e incluir outros investimentos que já existem ou existiram, como o acesso aos serviços (eletricidade, saneamento, água) e a inclusão produtiva, com a qualificação profissional e talvez a obrigatoriedade do trabalho voluntário.

IHU On-Line - Recentemente foi divulgado que o Brasil tem mais de 16 milhões de pessoas em extrema pobreza. Por que o país, apesar de se desenvolver, ainda continua registrando grande número de pessoas que vivem na miséria?

Maria Sarah da Silva Telles - Aqui, talvez, esteja o nó da questão social: ape-

¹ Sobre o SUAS, leia a entrevista com Leila Pizzato, publicada no sítio do IHU em 14-07-2011, intitulada “SUAS reafirma a ruptura com as práticas assistencialistas”, disponível em <http://bit.ly/pK7IDj> (Nota da **IHU On-Line**)

² O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda com condicionalidades criado pelo Governo Lula em 2003, para integrar e unificar ao Fome Zero os anti-

sar de quase oito anos do Programa Bolsa Família, temos a constatação pelo Censo de 2010 de uma enorme miséria, ou pessoas que vivem em extrema pobreza. A resposta é simples, mas o diagnóstico ou a solução é complexa, pois remete ao enfrentamento do tipo de desenvolvimento que estamos implementando, bem como da política econômica em curso: tudo converge para o aumento da riqueza do capital financeiro, tudo se dirige para a geração de lucros astronômicos, como “jamais antes neste país” conhecemos. Mas a questão social fica relegada aos mínimos sociais, à ajuda para evitar o colapso social, para que os pobres não se revoltem, permaneçam confiantes de que os governos estão atentos às suas demandas. Será que, de fato, estão? Se estivessem, o Brasil seria muito mais justo, com muito mais cidadania para todos e todas. O governo que chegou à presidência pelo Partido dos Trabalhadores tinha como meta transformar a sociedade, segundo o ideário de igualdades, e o que ficou como legado foi um país ainda profundamente desigual e, sobretudo, que aproveitou mal a onda de crescimento econômico que atingiu toda a América Latina: aqui poderíamos ter feito a diferença. O Censo de 2010 poderia ter revelado um país sem miseráveis, por exemplo. Se o número de milionários vem aumentando significativamente nestes últimos anos, por que não poderíamos ter diminuído drasticamente a miséria? Trata-se de uma escolha da sociedade e, principalmente, do governo.

IHU On-Line - O que significa para um país como o Brasil ter mais de 16 milhões de pessoas pobres?

Maria Sarah da Silva Telles - Creio que um país rico, com o oitavo maior PIB do mundo, não poderia conter este número avassalador de miseráveis: é o tamanho da população do Chile, conforme reconheceu a presidente Dilma. Revela uma sociedade profunda e extremamente desigual. Por mais que a desigualdade de renda venha diminuindo nos últimos dez a quinze anos, ela ainda é enorme, vergonhosamente alta, demonstrando as escolhas da sociedade e principalmente dos governos: esta ainda não é uma prioridade, nem para a sociedade e nem para os governos.

“Um país rico, com o oitavo maior PIB do mundo, não poderia conter este número avassalador de miseráveis”

IHU On-Line - De acordo com o IBGE, do contingente de brasileiros que vivem em condições de extrema pobreza, quase cinco milhões têm renda nominal mensal domiciliar igual a zero, e mais de 11 milhões possuem renda de 01 a 70 reais. O que justifica esses dados e quais devem ser as ações que o governo deve tomar para reverter este quadro?

Maria Sarah da Silva Telles - O que justifica os dados de miséria são as pouquíssimas oportunidades de inclusão cidadã para uma parte da população brasileira, no caso, milhões de brasileiros. Estes milhões de brasileiros que vivem sem renda, ou com míseros 01 a 70 reais, estão impossibilitados de obter seu direito à sobrevivência biológica: trata-se de fome, da fome que acreditávamos, pela propaganda insistentemente veiculada pelo governo, estaria resolvida. Para reverter esse quadro, só há uma alternativa: universalizar o direito de todas e todos a uma renda mínima, sem qualquer burocracia que impeça aos miseráveis tal acesso. Se o candidato ao benefício tiver de provar uma série de documentos para sua conquista, continuará fazendo parte desta estatística de miséria. Sabemos que a maioria dos miseráveis tem dificuldade de acesso à máquina burocrática.

IHU On-Line - Ainda segundo o levantamento, a grande maioria dos brasileiros em situação de miséria é parda ou negra, tanto na área rural quanto na área urbana. Em que medida a questão racial interfere na questão social e como o governo pode atuar para mudar a situação?

Maria Sarah da Silva Telles - A pobre-

za no Brasil é parda e negra; o legado da escravidão ainda está longe de ser superado. Não se supera mais de três séculos de escravidão sem uma agressiva política de inclusão social, de expansão dos direitos de cidadania para que todos sejam contemplados. Ainda estamos com esta dívida histórica, que os governos progressistas assinalaram em suas plataformas políticas, mas que até agora ficaram nas promessas: a inclusão racial, a inclusão dos pobres tem ocorrido muito lentamente, o que nos faz chegar à segunda década do século XXI com esta dívida social colossal. O governo, ao atacar seriamente a exclusão social, automaticamente incluirá todos os deserdados pela sua cor de pele, pela sua origem social. Por exemplo, com um valor de salário mínimo que ofereça condições dignas de vida a todos, o quadro da sociedade brasileira seria outro. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, o valor justo seria a partir de 2 mil reais.

IHU On-Line - Os programas sociais do governo cumprem o papel de erradicar a pobreza e a miséria no país? Deve haver outras estratégias de governo para mudar o número de pessoas que vivem na extrema miséria no país?

Maria Sarah da Silva Telles - Os programas sociais existentes ajudam, mas são insuficientes. Como solução, não vejo outra a não ser a de política universal de inclusão social pela renda universal para todas e todos, pelo acesso à educação de qualidade, à saúde de qualidade, à moradia digna e acesso à infraestrutura, independentemente de origem social, de cor da pele, de região do país, de número de filhos e ocupação. Trata-se da agenda cidadã.

IHU On-Line - O governo criou este ano o Bolsa Verde, componente do programa Brasil sem Miséria que tem como objetivo estimular a proteção ao meio ambiente. De que forma o programa pode melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem no meio rural?

Maria Sarah da Silva Telles - Trata-se de mais um programa pontual, que pode gerar alguma melhoria, mas não vai re-

resolver a situação do pobre no campo. A consciência ambiental é crucial, tem de ser uma prioridade para toda a sociedade. Mais uma vez estamos condicionando o acesso a uma ajuda mínima a certas condicionalidades que acabam por impedir que todos tenham acesso ao benefício: trata-se de um direito de todo cidadão brasileiro.

IHU On-Line - Outro objetivo do programa Brasil sem Miséria é a construção de cisternas (reservatórios de água) para plantio, com o objetivo de atender 60 mil famílias rurais e 650 mil famílias em dois anos e meio. Trata-se de uma saída para a redução da miséria no país? Por quê?

Maria Sarah da Silva Telles - A construção das cisternas é uma alternativa fundamental e louvável, a ser estendida a todas as famílias do semiárido. Mas não resolve todos os problemas. O que se pode fazer para que estas famílias vivam de forma autônoma, sem a ajuda da política social? Sabemos, por experiência de outros países e em outros períodos históricos, que uma parte da população precisará sempre de ajuda: seja porque está impossibilitada para o trabalho, seja porque o tipo de trabalho que existe - além do desemprego - não é acessível para todos, exigiria uma qualificação específica, uma disposição física que muitos pobres já não dispõem, pelas péssimas condições de acesso à saúde, por exemplo. O mais chocante é que parece que nosso governo - e nossa sociedade? - não está disposto a suprir o conjunto dos direitos para todos. E tudo indica que os miseráveis, o mundo popular, tem uma enorme dificuldade de organizar suas demandas, de fazer valer os seus direitos. Os movimentos sociais estão bastante fragmentados em lutas identitárias, que são justas, mas que contemplam parcialmente os direitos de cidadania para alguns grupos, mas não levam a bandeira da inclusão de todas e todos. Enquanto o universo popular se contentar com o Bolsa Família, não haverá mudanças no horizonte. Mas esta situação é provisória, como revela a história da luta pelos direitos humanos, pois direitos remetem sempre a mais direitos.

Cidadania: caminho para a concretização das igualdades sociais

A cidadania se concretizará quando os direitos e deveres dos indivíduos forem transformados em mecanismos de proteção social às necessidades sociais, afirma Sonia Fleury

POR GRAZIELA WOLFART, RAFAELA KLEY E THAMIRIS MAGALHÃES

“A ideia da cidadania supõe uma inserção dos indivíduos na esfera pública através de um conjunto de direitos e deveres e de benefícios que se transformam na área social em benefícios sociais.” A afirmação é de Sonia Fleury. Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, a pesquisadora afirma que “a cidadania é um princípio de igualdade”. E completa: “na medida em que se criam sistemas libertários de política para que todos possam ter, de acordo com a sua situação, acesso a esses benefícios, há uma materialização da cidadania. A ideia da igualdade é aquela de que, diante da lei, as pessoas terão direitos e deveres conformados e que isso se transformará em mecanismos de proteção social para as necessidades sociais, de acordo com as políticas públicas”. Essas seriam, segundo Fleury, formas de materialização da cidadania. “É claro que ela envolve um componente físico, que é o componente da cidadania participativa em ação. No caso da sociedade brasileira, nós inovamos muito em relação à concepção de cidadania tradicional”, diz.

Pesquisadora na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Sonia Fleury é doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia pelo IUPERJ, além de bacharel em Psicologia pela UFMG. Membro da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), no período de 2006 a 2008. Pesquisadora titular aposentada (1995) da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, onde coordenou centro de pesquisas em políticas e reformas de saúde. Foi presidente do Centro de Estudos Brasileiros em Saúde (CEBES), na gestão 2006-2009. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como pode ser caracterizada a Seguridade Social no Brasil hoje?

Sonia Fleury - Desde a Constituição de 1988, houve uma mudança muito grande na maneira de tratar a proteção social no Brasil. Até esta Constituição, os direitos previdenciários e o direito à saúde eram ligados à condição de trabalhador no mercado formal. Não havia cobertura para quem não estava no mercado formal. O direito social era ligado à condição de

trabalho. Não existia nem na Constituição um capítulo “ordem social”. Os direitos trabalhistas apareciam como direito social dentro da ordem econômica. Não estavam ligados à condição universal de cidadania. Então, a primeira grande mudança na Constituição é criar um capítulo específico da ordem social, em que entram várias questões, como a seguridade social, o ambiente, a educação e outras que fazem parte da área social. Essa foi uma grande mudança no sentido de

ter no mesmo grau de importância a ordem social e a ordem econômica. A segunda mudança é que os direitos sociais passam a ser vinculados não à condição de trabalho, mas à condição de ser cidadão. E isso na seguridade social, que reuniria ações integradas de saúde, previdência e assistência. A assistência não constava das constituições brasileiras, com exceção da de 1934, mas como cuidado com os desvalidos e não como direito de cidadania. Pela primeira vez, a assistência entra como direito de cidadania. Há uma universalização dos direitos e uma integralidade da atenção. É claro que a previdência é diferente da saúde e da assistência, porque na previdência há uma contribuição ou da própria pessoa ou de outro por ela. No caso da saúde, isso não é necessário, pois ela é totalmente integral, e no caso da assistência é preciso que a pessoa prove que ela não tem condições de se sustentar; há uma série de requisitos para que ela receba os benefícios. Mas todos esses três estão hoje ligados à condição de cidadania com a perspectiva de universalização. Então, desvincula a ideia de que o benefício social é só daquele que já pagou por ele. É claro que a política social tem um custo e alguém tem que pagar, mas na seguridade social se diz que não precisa ser a própria pessoa a pagar. A sociedade como um todo vai se solidarizar para isso.

IHU On-Line - Em que medida a Seguridade Social auxilia na diminuição da pobreza e das desigualdades sociais?

Sonia Fleury - Em primeiro lugar, o fato de que foi estabelecido na Constituição que nenhum benefício poderia ser menor do que salário mínimo. Antes, tínhamos benefícios, como os rurais, que eram $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Este, por exemplo, foi multiplicado por quatro a partir da Constituição. O atrelamento dos benefícios ao salário mínimo reduziu muito a pobreza no meio rural no Brasil. Nos últimos anos, o salário mínimo está crescendo acima da inflação. E toda vez que isso acontece temos mais redistribuição através de todos os benefícios sociais que são atrelados ao salário mínimo, como grande parte das pensões, das aposentadorias e também

“O atrelamento dos benefícios ao salário mínimo reduziu muito a pobreza no meio rural no Brasil”

dos benefícios assistenciais como, por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este não é um programa de governo igual ao Bolsa Família. Ele é um benefício de direito de cidadania. Há uma diferença entre programas e direitos. O BPC é um benefício que tem condições muito restritas. As pessoas que se enquadram nas exigências podem automaticamente pleitear o BPC. A partir daí surgiram várias outras políticas, que são mais focalizadas, são programas, não ligados a sistemas universais. No caso da saúde, surgiu o programa Saúde da Família, focalizado em certas áreas, mas que se inclui dentro de um sistema universal. E apareceu toda essa política de combate à pobreza através de vários programas que depois foram unificados no programa Bolsa Família. Nesse caso, a condição para ingresso, para ter acesso, é uma renda familiar de até meio salário mínimo. As condições de ingresso são muito melhores do que o BPC, mas as condições do benefício são muito piores, porque o valor máximo não alcança a metade do salário mínimo. Além disso, o Bolsa Família não é um direito constitucional. Se mudar de governo, se mudar de programa, pode acabar. Então, a partir das características da seguridade social que aponte, a pobreza foi particularmente reduzida, principalmente, pela aposentadoria rural, pelo fato de que os benefícios são atrelados ao salário mínimo, pelo valor crescente do salário mínimo, pelo BPC e pela Bolsa Família.

IHU On-Line - Podemos afirmar que a Seguridade Social é uma concretização da participação política da sociedade?

Sonia Fleury - A seguridade social, do ponto de vista da democracia, além dos benefícios, fez duas mudanças fundamentais no desenho do sistema

político brasileiro, portanto, da institucionalidade democrática brasileira. A primeira é um pacto federativo. É a primeira vez, a partir da seguridade social, que se cria um modelo pactuado de federalismo, através de comissões bipartites, tripartites, em que os três níveis de governo deverão negociar e pactuar as relações entre os poderes da federação. Este é um novo desenho importante da democracia brasileira e de participação também, porque é uma forma de participação dos poderes subnacionais nas decisões do poder nacional. Há uma questão da participação que é relativa no interior do estado, do nível central para o nível local, envolvendo o nível estadual e como eles vão interagir através de fóruns que foram criados para a negociação. Esse é um modelo de participação intergovernamental. Outra coisa é o modelo de participação entre Estado e sociedade, que também foi criado na seguridade social através de dois mecanismos: a criação de conselhos em todos os níveis de governo nas políticas sociais e a criação das conferências. O mecanismo do conselho é um modelo institucionalizado de participação através de uma representação da sociedade civil e do Estado no processo de controle social e o outro modelo das conferências, que é mais de mobilização social, para a discussão de certos temas e para a criação de uma agenda política nova para o governo vinda de uma discussão com a sociedade. São inovações muito importantes em termos de concretizar a participação. No entanto, essa participação não segue o modelo deliberativo, que supõe que as decisões tomadas nessas instâncias obrigatoriamente deveriam ser transformadas pelo governo em políticas públicas. Não é o caso. O orçamento participativo é um modelo deliberativo de participação, ou seja, a partir daquelas decisões é que se mostra como vai ser aplicado e o governo segue aquilo à risca. No caso dos conselhos, há um debate, a aprovação de contas, uma série de prerrogativas que a lei concede aos conselhos, mas não é deliberativo no sentido de que a decisão tomada pelos conselhos seja necessariamente vinculante a uma dada política pública.

IHU On-Line - De que maneira a Seguridade Social pode ser relacionada ao conceito de cidadania?

Sonia Fleury - A ideia da cidadania supõe uma inserção dos indivíduos na esfera pública através de um conjunto de direitos e deveres e de benefícios que se transformam na área social em benefícios sociais. A cidadania é um princípio de igualdade. Na medida em que se criam sistemas libertários de política para que todos possam ter, de acordo com a sua situação, acesso a esses benefícios, há uma materialização da cidadania. A ideia da igualdade é aquela de que, diante da lei, as pessoas terão direitos e deveres conformados e que isso se transformará em mecanismos de proteção social para as necessidades sociais, de acordo com as políticas públicas. Essas seriam formas de materialização da cidadania. É claro que a cidadania envolve um componente físico, que é o componente da cidadania participativa em ação. No caso da sociedade brasileira, nós inovamos muito em relação à concepção de cidadania tradicional.

IHU On-Line - Os recursos pagos pela Previdência Social são maiores do que os do Fundo de Participação dos Municípios, em quase 70% dos municípios brasileiros. Como a senhora avalia essa situação?

Sonia Fleury - Esse é o mecanismo de distribuição de renda, por um lado, que tem tido impactos econômicos muito importantes porque os grandes municípios e o próprio mercado dependem disso. Este último depende da redistribuição que está sendo feita. Por outro lado, mostra uma incapacidade muito grande dos municípios de gerar renda. Então, por um lado, é bom, porque está redistribuindo e está indo para o interior do Brasil, está fazendo a economia circular, impediu a crise de ter um impacto econômico forte no Brasil, exatamente porque existia redistribuição e, portanto, havia um mercado interno que pudesse consumir. Tanto do ponto de vista social, quanto do ponto de vista econômico, a descentralização dos recursos que antes estavam somente nas grandes metrópoles, chega para o interior através de políticas

“É preciso encontrar fontes de financiamento que não sejam somente o salário para sustentar a inclusão destes outros 40% que estão fora”

públicas, para pessoas e municípios pobres e isto é muito importante para homogeneizar melhor o Brasil.

A outra questão é mostrar a dependência muito grande dos municípios do governo central, e isto teve a ver com a liberalidade da criação de municípios, que foram criados sem nenhuma política de sustentabilidade local, ou seja, é preciso criar capacidade destes municípios para o desenvolvimento local para que eles não fiquem a vida inteira atrelados a transferências, sejam elas via fundo de participação, sejam via políticas sociais. Os municípios hoje vivem disto, ou de fundo de participação ou de políticas sociais, mas eles não têm capacidade de geração própria de emprego, de riquezas. E isso não é bom, porque o Brasil segue com essa diferenciação muito grande entre interior e grandes cidades. Mas isto está melhorando porque, na verdade, se observamos as regiões do Brasil, o desenvolvimento, o crescimento maior hoje não é mais no Sudeste nem no Sul, ele é no Centro-Oeste e no Norte. Então, existe uma tendência de crescimento que está sendo levada para outras áreas, mas nós ainda temos a dificuldade de sustentabilidade em termos de projetos locais de desenvolvimento. Uma agenda prioritária do governo seria o desenvolvimento das potencialidades de cada local.

IHU On-Line - A Previdência Social cumpre adequadamente o papel de concessão dos benefícios?

Sonia Fleury - Ainda há muito que se mudar na previdência, porque existe uma parcela muito grande da população, acredito que 40%, que está fora da cobertura. Claro que isso depende do crescimento econômico. Se as pessoas

estão no mercado, elas também estão aumentando a sua inclusão no mercado formal e terão cobertura previdenciária. Mas a cobertura previdenciária não pode estar totalmente atrelada ao mercado, senão a política social passa a ser uma política que somente reproduz as desigualdades do mercado. Se olharmos em termos de redistribuição, a não ser nos benefícios para o setor rural, a previdência é a política social menos progressiva, porque ela menos redistribui, ela reproduz. Quem ganha muito vai ter muito, quem ganha pouco vai ter pouco, então ela não é uma política redistributiva, porque ela está muito atrelada ao salário. Eu acredito que se quisermos ter uma política de cidadania mais igualitária na previdência, nós vamos ter que romper, como já se rompeu na área rural, com essa relação entre contribuição e benefício, porque esta é uma relação perversa que preserva a desigualdade através de política social. Então, é preciso encontrar fontes de financiamento que não sejam somente o salário para sustentar a inclusão destes outros 40% que estão fora. É preciso investir mais ainda em políticas que possam incluir na previdência social sem esperar que a pessoa contribua. A sociedade é que tem que contribuir como um todo.

IHU On-Line - Por que a política de saúde deve ser tratada como política social?

Sonia Fleury - A política de saúde é uma política de atenção à vida. Não há cidadania e não há medidas na sociedade se não tiver vida pessoal. Talvez seja a política social por excelência, porque ela diz respeito à possibilidade de viver, não só viver, mas viver humanamente, em boas condições para poder participar da esfera pública. Não se pode pensar em um sujeito que vai ter direitos civis se ele está morrendo. É preciso ter garantida das suas condições, principalmente nos momentos que ele tenha riscos, que as políticas possam prevenir contra estes riscos e dar uma qualidade de vida boa. Além disso, o modelo para o pacto federativo, para os conselhos, para todo o desenho novo da cidadania no Brasil veio do movimento sanitário, da área de saúde. Ela é a única política das políticas sociais que é totalmente

A política de saúde é uma política de atenção à vida. Não há cidadania e não há medidas na sociedade se não tiver vida pessoal

universal, portanto está mais ligada ao conceito de cidadania universal, uma vez que não prevê contribuições na previdência, nem que você tenha que provar que está pobre, ela está ligado a sua existência como cidadão. Então, acredito que ela é por essência a política social, além de ser uma política que tem interface com todas as outras, porque se não tiver saneamento, não tiver condições de moradia, não tiver salário, se a pessoa não tiver tudo isso ela não vai viver bem e isso vai afetar a saúde dela.

IHU On-Line - De que maneira a Proteção Social está relacionada ao Welfare State (Estados de Bem-Estar Social)?

Sonia Fleury - O surgimento da proteção social pode ter vários formatos. A ideia da proteção social como o Estado de Bem-Estar Social é quando esta proteção deixa de ser um modelo caritativo assistencial e também corporativo, só de seguro para trabalhadores, para ser, pela primeira vez, um modelo de proteção para a cidadania. Isto que é chamado de Estado de Bem-Estar Social. É, pela primeira vez, assumir que os cidadãos têm direitos sociais e que o Estado deve através de tributos, etc., resguardar estes direitos de proteção social, assim como os deveres de contribuição de quem pode contribuir. Esta é a ideia do Welfare State, ou seja, é um conceito muito vinculado à noção de construção de uma proteção social no modelo de seguridade social, ou seja, de garantia de direitos de acordo, não com contribuições ou de outros vínculos, mas com as necessidades do cidadão, garantidos pelo Estado e por isso se chama Estado de Bem-Estar Social.

Assistência social: a política que oportuniza o acesso a todos os direitos

Corremos o risco de chegar em 2014 estatisticamente sem a miséria, mas na realidade concreta e na dinâmica social convivendo com boa parcela do nosso povo vivendo na miséria, avalia José Moroni

POR GRAZIELA WOLFART

“ **A**s desigualdades no Brasil se estruturam em quatro pilares básicos: questão de gênero, étnico/racial, de território e de classe”. A divisão é feita pelo filósofo José Moroni, na entrevista a seguir, concedida por e-mail para a IHU On-Line. E ele questiona: “o Bolsa Família oportuniza a auto-organização da sociedade e a participação política? Acho que não. Neste sentido, ele é apenas um programa de transferência de renda e não de riquezas”. E Moroni conclui afirmando que “os usuários da assistência são todos e todas que tem seus direitos violados”.

José Antonio Moroni é membro do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos- INESC, uma ONG voltada para a ampliação e construção de novos espaços democráticos e para o monitoramento de políticas públicas. Atua há mais de 30 anos em organizações não-governamentais e movimentos populares, especialmente na área dos direitos humanos, participação popular e poder, criança e adolescente, assistência social e organização comunitária. Atualmente é da coordenação do Fórum Nacional de Participação Popular, do Fórum Brasil do Orçamento. Formado em Filosofia, tem pós-graduação em História do Brasil, Fundamentos em Educação Especial e Métodos e Técnicas de Elaboração de Projetos Sociais. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Por que o senhor considera que o governo Dilma indica um retrocesso significativo na área de combate à desigualdade?

José Moroni - Inicialmente precisamos definir o que entendemos por desigualdade. Para mim, existem desigualdades no plural em consequência de diferentes processos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Por exemplo, as desigualdades no Brasil se estruturam em quatro pilares básicos: questão de gênero, étnico/ra-

cial, de território e de classe. Tanto o governo Lula como o governo Dilma tem uma concepção unicamente econômica da desigualdade e, portanto, apresenta apenas uma estratégia política, que é a transferência de renda, via bolsas e o crescimento econômico. O governo FHC tinha uma concepção liberal, de que era necessário fortalecer o mercado e que este resolveria todas as questões, entre elas a desigualdade. Vale ressaltar o uso singular da palavra desigualdade, por que na

base destas concepções está somente a dimensão econômica. Estas concepções não enfrentam nenhum dos quatro pilares das desigualdades no Brasil e, por isso, que continuamos a ser um dos países mais desiguais do mundo. Outra fonte de desigualdades é o nosso próprio sistema político, que concentra poder numa determinada classe social, perpetuando as estruturas de dominação.

IHU On-Line - Como avalia, de modo geral, a política social do governo atual no Brasil?

José Moroni - A sociedade brasileira construiu um pacto no processo constituinte de 1988, que foi o de construir um sistema que universaliza direitos. Portanto, as chamadas políticas sociais, junto com as políticas econômicas, deveriam ter a concepção da universalização dos direitos. Acontece que, ao mesmo tempo que em termos jurídicos construímos este pacto, nos anos posteriores a mesma sociedade brasileira elegeu governantes alinhados com as chamadas políticas neoliberais, que ocasionam a focalização das políticas e a negação da universalização dos direitos. Isso quer dizer, em termos jurídicos, que a sociedade apontou um caminho e, em termos políticos, optou pelo caminho oposto. Esta contradição convive até hoje no desenho das nossas políticas. Isso faz com que não consigamos implementar totalmente o pacto de 1988, dando argumento para os que defendem a “solução de todos os males” através do mercado e de um Estado apenas regulador e não o responsável pela garantia dos direitos. Apesar disso, tivemos avanços significativos no campo da saúde (antes de 1988 só tinha direito à saúde o trabalhador com carteira assinada), na educação (universalização do ensino fundamental, apesar da questionável qualidade), na assistência social, no esporte, na cultura, no desenvolvimento regional, etc. Avançamos em relação ao que tínhamos pré-1988, mas bem menos do que precisamos para construir uma nação de iguais.

IHU On-Line - Qual sua percepção do Programa Brasil sem Miséria?

José Moroni - Por ser um programa novo e que ainda está sendo implementado, toda observação é preliminar e pode ser desmontada, pois uma coisa é a defini-

“Avançamos em relação ao que tínhamos pré-1988, mas bem menos do que precisamos para construir uma nação de iguais”

ção do programa no papel, outra é a sua implementação. Mas tem algumas questões importantes: primeiro, estamos tratando da miséria e não das desigualdades. Segundo, o corte feito de *per capita* de R\$ 70,00 pode valer para determinadas regiões, mas não para todo o Brasil. Por exemplo, uma família de um grande centro urbano formada por sete pessoas e que tenha uma renda de um salário mínimo está fora do programa. Esta família não vive em condições de miséria? Outra questão: pelos dados apresentados, a grande maioria da população que vive com este valor *per capita* está no meio rural; o programa não fala em distribuição de terra/reforma agrária. Como é possível enfrentar a questão da miséria no campo sem enfrentar a questão da terra e do latifúndio? Mais uma questão: o programa não tem uma estratégia de melhoria dos serviços públicos, peça fundamental para esta população poder acessar as políticas públicas e, portanto, romper com círculo da pobreza. Corremos o risco de chegar em 2014 estatisticamente sem a miséria, mas na realidade concreta e na dinâmica social convivendo com boa parcela do nosso povo vivendo na miséria.

IHU On-Line - Em que medida o programa Bolsa Família tem modificado a realidade social no Brasil?

José Moroni - Os estudos apontam que o Bolsa Família, até o momento, é uma peça fundamental nas mudanças das comunidades, tanto do ponto de vista econômico, social e de “desenvolvimento”. Mas como o Bolsa Família não vem acompanhado de um programa de formação política para a cidadania, fica a pergunta: quando os “destinatários” do Bolsa Família come-

çarão a exigir seus direitos e, portanto, começarão a pressionar para que todas as políticas públicas respeitem o pacto de 1988 de universalização dos direitos? Outro limite do programa é que ele só foi pensado no seu aspecto social e a própria pergunta reflete isso. E os demais aspectos como ficam? E os aspectos políticos? O Bolsa Família oportuniza a auto-organização da sociedade e a participação política? Acho que não. Neste sentido, ele é apenas um programa de transferência de renda e não de riquezas.

IHU On-Line - Como o senhor percebe o Sistema Único de Assistência Social - SUAS?

José Moroni - O SUAS é uma decorrência da Constituição de 1988 que dá status de Política Pública à Assistência Social. É também uma deliberação de todas as oito conferências nacionais de assistência social, portanto é uma conquista da sociedade. Penso que temos alguns desafios na implementação do SUAS: a Lei Orgânica de Assistência Social define a primazia do Estado na assistência social. Isso ainda não percebemos. O Estado até agora tem mais regulado a assistência social, mas quase não tem implantado serviços públicos. A maioria dos serviços ainda são praticados pela sociedade e ainda na concepção da caridade, da benesse e da filantropia. Temos ainda o desafio do financiamento. Não temos uma definição clara das fontes de financiamento. Não temos ainda uma definição do lugar das organizações de defesa de direitos e dos movimentos sociais no SUAS. Mas estamos num processo, às vezes, mais lento do que queremos, mas acho que foi feito muita coisa nos últimos anos.

IHU On-Line - Qual a importância, na prática, de dar o status de política pública à assistência social?

José Moroni - Até 1988 existia a ação social, como algo pontual, isolado, fruto da caridade das pessoas e quando existia no Estado estava aos cuidados da primeira dama. Com a constituição de 1988 a assistência passa a ser uma política pública que integra, em pé de igualdade, as demais políticas, especialmente de saúde e de previdência. Este é o conceito de seguridade social. Com isso, a assistên-

cia passa a ser um direito do cidadão e um dever do Estado.

IHU On-Line - Qual o impacto de uma nova definição da linha da miséria e da pobreza no Brasil, tendo como único critério a renda *per capita* da família?

José Moroni - Boa parte desta pergunta já foi respondida acima, só faltou uma questão importante. Penso que devemos construir outros critérios na definição da linha da pobreza, fazer uma cesta de critérios. Por exemplo, incluir a questão da moradia, do saneamento básico, da qualidade da educação, do acesso à saúde, enfim, do nível de acesso aos serviços públicos e serviços de qualidade.

IHU On-Line - O que ocorre quando a lógica social é subordinada à lógica econômica?

José Moroni - Acontece o que estamos vendo agora, que qualquer respiro do chamado mercado (este ente invisível que ninguém nunca viu, mas que comanda a mente de quem tem poder de decisão) vêm, às vezes conservadoras e mal intencionadas, dizendo que o governo tem que cortar gastos. Eles não dizem onde, mas é claro que para esta elite são nos programas sociais. Este é o exemplo mais visível da subordinação da lógica política à lógica econômica.

IHU On-Line - Como seria uma organização política dos “usuários” das políticas públicas?

José Moroni - Primeiro acho que devemos avançar na compreensão de quem são os “usuários” da assistência. Não podemos ficar reduzidos ao artigo 2 da LOAS. Isso remete ao papel da assistência. Para mim, deve ser a política que oportuniza o acesso a todos os direitos; é esta a especificidade da assistência. Portanto, os usuários da assistência são todos e todas que tem seus direitos violados. As organizações de defesa de direitos têm um papel importante, mas que não podem substituir o dos usuários. E as organizações dos usuários não têm uma organicidade como tem as de defesa de direitos. A sua forma de organização precisa ser mais livre, menos burocrática, mais horizontal. Mas precisamos avançar, e muito, esta compreensão na assistência social.

Renda básica: alternativa para a diminuição das desigualdades sociais

Segundo Josué Pereira da Silva, a renda básica pode criar as condições materiais para que haja uma igualdade básica necessária a fim de que a população possa usufruir outros direitos de cidadania

POR THAMIRIS MAGALHÃES

“**P**or ser universal e incondicional, a renda básica promove a igualdade e a autonomia cidadãs”. Essa é a opinião do professor Josué Pereira da Silva. Para ele, “embora as políticas sociais tenham recebido mais atenção dos governos nos últimos anos, estamos ainda muito longe de prover a população brasileira com essas condições básicas de cidadania”. Nesse sentido, a renda básica pode ser uma forte alternativa para a redução das desigualdades sócias, “principalmente por eliminar o estigma que, em programas focados e condicionais como o Bolsa Família, recai sobre os beneficiários. Por ser universal e incondicional, a renda básica promove a igualdade e a autonomia cidadãs, desconstruindo a imagem de que aqueles a quem o Estado transfere renda são dependentes e incapazes”.

Josué Pereira da Silva possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (1980), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1988), doutorado em Sociologia pela New School For Social Research (1993), em Nova Iorque, e livre docência em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2008). Atualmente, é professor-associado da Universidade Estadual de Campinas. De sua produção bibliográfica citamos *Os filhos de Dona Silva* (2. ed. São Paulo: Annablume, 2009), *Trabalho, Cidadania e Reconhecimento* (São Paulo: Annablume, 2008) e *Por uma sociologia do século XX* (São Paulo: Annablume, 2007). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como as políticas sociais se enquadram no contexto de desenvolvimento e crescimento econômico brasileiro?

Josué Pereira da Silva - A relação entre crescimento e políticas sociais tem tudo para ser uma relação virtuosa. O crescimento tende a aumentar os recursos à disposição dos governos e, por isso, favorece a implantação ou mesmo o fortalecimento de políticas sociais já existentes; estas, por sua vez, ao propiciarem melhoria no padrão de vida da população, também contribuem para melhorar o

padrão do crescimento econômico. Acho mesmo que a noção de desenvolvimento econômico supõe uma equação virtuosa entre crescimento e distribuição de riqueza, sem a qual o crescimento pode também significar aumento da desigualdade.

IHU On-Line - Qual seria a melhor estratégia de governo para erradicar a pobreza e a miséria no país?

Josué Pereira da Silva - Em primeiro lugar, pobreza e miséria são noções controversas, cujas definições não são consensuais. Se considerarmos miséria

como uma situação na qual as necessidades básicas de determinada população não são atendidas, entendo que sua erradicação é obrigação de qualquer país que se diz civilizado. Quanto à pobreza, cuja definição varia segundo o contexto social e histórico, é difícil imaginar sua erradicação numa sociedade capitalista como o Brasil; mas é perfeitamente possível reduzir sua dimensão. Um dos caminhos possíveis, seja para erradicar a miséria ou para reduzir a pobreza, está na resposta à pergunta anterior.

IHU On-Line - O que falta para que o Brasil minimize o quadro de mais de 16 milhões de pessoas pobres? Os programas sociais do governo podem contribuir para amenizar a situação? De que forma?

Josué Pereira da Silva - Distribuir bem-estar, entendido este último num sentido amplo que abranja uma consistente e universal política que inclua saúde pública universal de boa qualidade, educação pública universal e de boa qualidade; moradias decentes para toda a população, saneamento básico, sem excluir disso a transferência direta de renda. Embora as políticas sociais tenham recebido mais atenção dos governos nos últimos anos, estamos ainda muito longe de prover a população brasileira com essas condições básicas de cidadania.

IHU On-Line - Programas como o Bolsa Família auxiliam no combate à miséria? Por quê?

Josué Pereira da Silva - Apesar do pequeno montante de recursos monetários que as famílias de beneficiários recebem, esses programas contribuem sim para combater a miséria, principalmente porque, em situações de extrema carência, por pequeno que seja o montante de dinheiro recebido, ele adquire, para os beneficiários, importância relativamente grande, pois em muitos casos trata-se da única renda monetária que recebem.

IHU On-Line - A renda básica pode contribuir para a diminuição das desigualdades sociais?

Josué Pereira da Silva - Pode sim, principalmente por eliminar o estigma que, em programas focados e condicionais

como o Bolsa Família, recai sobre os beneficiários. Por ser universal e incondicional, a renda básica promove a igualdade e a autonomia cidadãs, desconstruindo a imagem de que aqueles a quem o Estado transfere renda são dependentes e incapazes. A renda básica pode criar as condições materiais para que haja uma igualdade básica necessária a fim de que a população possa usufruir outros direitos de cidadania.

IHU On-Line - O Bolsa Família pode ser um ponto de partida para que seja implantado no Brasil Programa de Renda Básica? Por quê?

Josué Pereira da Silva - Creio que sim, mas o caminho não me parece simples. Mesmo entre os defensores da renda básica há divergências quanto isso, como no caso de Eduardo Suplicy¹, que vê no Bolsa Família um ponto de partida para se chegar à renda básica, ou de Lena Lavinás², que é menos otimista a esse respeito.²

IHU On-Line - Quais são as diferenças da Renda Básica em relação às outras formas de garantia de renda mínima como o Bolsa Família, por exemplo?

Josué Pereira da Silva - Há muitas di-

¹ Eduardo Suplicy: economista, professor universitário, administrador de empresas e político brasileiro. Lecionador na Fundação Getúlio Vargas e é senador desde 1990. Autor de diversos livros, citamos *Renda de Cidadania: A Saída é pela Porta* (Cortez Editora/Fundação Perseu Abramo, 2002). Confira a entrevista que concedeu à IHU On-Line 333, de 14-06-2010, intitulada *Renda Básica de Cidadania. Uma luta pela dignidade e liberdade*, disponível em <http://bit.ly/ghJoTP>. (Nota da IHU On-Line)

² Lena Lavinás: economista graduada pelo Institut d'Etudes pour le Développement Economique (França). É mestre e doutora em Estudos sobre a América Latina pelo Institut de Hautes Etudes d'Amérique Latine (França). Realizou o pós-doutorado no Centre de Sociologie Urbaine. É membro do comitê editorial do *Feminist Economics* (EUA) e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Entre seus livros estão *Programas Sociais de Combate à Fome: o legado dos anos de estabilização econômica* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ - Ipea, 2004) e *Emprego Feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho* (Santiago do Chile: Cepal, 2002). Confira as entrevistas que concedeu à IHU On-Line: *Brasil reduz a intensidade da pobreza, mas não acaba com a miséria*, publicada em 25-05-2011, nas *Notícias do Dia*, disponível em <http://bit.ly/jzCJR0>; *Bolsa Família: avanços e limites*, publicada em 28-09-2010, nas *Notícias do Dia*, disponível em <http://bit.ly/9rk4Ym>. (Nota da IHU On-Line)

ferenças entre a renda básica e o Bolsa Família, mas são três as principais: a primeira é de natureza conceitual, já que o destinatário da renda básica é o indivíduo, enquanto o Bolsa Família dirige-se à família, ainda que na pessoa de seu (ou de sua) chefe. Além dessa, as outras duas diferenças que mais chamam a atenção são as seguintes: a renda básica é, por definição, universal e incondicional; o Bolsa Família, por sua vez, embora venha incorporando um número crescente de beneficiários, o que poderia abrir caminho para uma possível universalização, tem seu foco em um setor específico da população e impõe algumas condições aos beneficiários para lhes transferir a renda.

IHU On-Line - Pesquisa encomendada pelo Social revelou que o incentivo do Bolsa Família não significou melhora no aproveitamento escolar de dez milhões de alunos de famílias beneficiadas. De que maneira o Programa pode ser relacionado à educação? Ele pode contribuir no melhor aproveitamento do ensino? De que forma?

Josué Pereira da Silva - O Bolsa Família relaciona-se com a educação na medida em que, ao propiciar condições materiais básicas à população, cria condições para que seus membros, crianças ou adultos, possam frequentar a escola. Dessa forma, pode contribuir para melhorar tanto a frequência como o aproveitamento do ensino. Mas não acho que a transferência de renda deva estar condicionada à frequência escolar; melhor seria se a educação oferecida fosse de tão boa qualidade que pudessem despertar o interesse dos potenciais alunos sem necessitar de incentivos ou constrangimentos externos.

LEIA MAIS...

Josué Pereira da Silva já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line:

* Renda Básica fortalece a autonomia. Revista IHU On-Line, edição 333, de 14-06-2010, disponível em <http://bit.ly/jihUWE>

* Brasil tem condições de instituir programa de Renda Básica de cidadania. Revista IHU On-Line 359, 02-05-2011, disponível em <http://bit.ly/jR2yax>

* Uma nova luz sobre o pensamento da esquerda. Revista IHU On-Line 328, de 01-10-2007, disponível em <http://bit.ly/jvevm3>

Políticas igualitárias: caminho para garantia dos direitos sociais

Educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer e segurança são alguns dos direitos que só podem ser possíveis com políticas sociais

POR THAMIRIS MAGALHÃES

Para Marilene Maia, a Constituição Cidadã define que os indivíduos devem ter garantidos os direitos civis, políticos e sociais. “Para que esses direitos sociais sejam de fato garantidos, foram construídas políticas sociais, que estão apresentadas em diferentes legislações sociais: Lei Orgânica da Saúde - LOS, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Estatuto do Idoso, entre outras”, afirma. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a docente diz que “há uma forte dualidade entre investigação e ação” e que “a academia e as instituições da intervenção no campo social necessitam articular-se”. A professora acredita que as políticas sociais podem se constituir em ferramentas estratégicas para conhecimento, análise e construção de um projeto de desenvolvimento local, municipal, estadual e nacional.

Marilene Maia é graduada, mestre e doutora em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e leciona no curso de Serviço Social da Unisinos. Organizou a obra *Caderno Ideação - Políticas Sociais para um novo mundo necessário e possível* (Santa Maria: Gráfica Pallotti, 2002) e trabalha no **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**, onde coordena o Observatório da realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos - ObservaSinós. Maiores informações no site <http://bit.ly/jdXLM1>. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Programas sociais do governo, como Sistema Único de Assistência Social, Bolsa Família, Brasil sem Miséria, Pró-Jovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, fazem parte da política social do governo ou são um programa de governo? Por quê?

Marilene Maia - Ao referirmos o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, estamos tratando de um sistema que concebe e organiza a Política de Assistência Social, que é maior do que os programas Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Pró-Jovem, etc. A Assistência Social é uma política estatal, que é materializada através de programas geridos pelos governos. Trata-se de uma concepção recente que vem sendo implantada com o processo de democratização do Estado e da sociedade brasileira. É importante destacar que o “social” no Brasil desde a Constituição de 1988 passa a ter um status político, já que até então era tratado como caridade ou bemestar. A Consti-

tução Cidadã define que os cidadãos devem ter garantidos os direitos civis, políticos e sociais. Esses direitos sociais são, conforme o artigo 6º, “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Para que esses direitos sociais sejam de fato garantidos, foram construídas políticas sociais, que estão apresentadas em diferentes legislações sociais: Lei Orgânica da Saúde - LOS, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Estatuto do Idoso, entre outras. Tais políticas são materializadas através de programas e serviços de responsabilidade primeira dos governos, porém, com possibilidades de sua gestão em parceria com a sociedade civil. A deliberação e o controle dessas políticas, programas e serviços são, no entanto, de responsabilidade dos conselhos municipais, estaduais e nacionais, que são instâncias de composição paritária com repre-

sentação do governo e da sociedade civil. Esse processo constitui-se em um avanço significativo dos sistemas públicos de promoção e proteção social da sociedade brasileira, que carrega uma história de desigualdades socioeconômicas e de práticas paternalistas e assistencialistas no campo social. Os governos, com isso, devem ser os primeiros signatários e responsáveis pela viabilização de programas que sejam efetivos nos seus propósitos de rompimento, por exemplo, com as situações de vulnerabilidade e risco social vividos por uma parcela significativa da população brasileira. Para tanto, a Constituição Federal e as legislações sociais apresentam um conjunto de determinações a serem garantidas, independente dos governos que entram ou saem. Além disso, o desafio posto é de que as políticas sejam implementadas numa perspectiva descentralizada e participativa, onde cada esfera, municipal, estadual e federal, passa a compartilhar responsabilidades. Isso para enfrentar uma lógica clientelista

dos políticos em relação ao povo e centralizada do poder federal em relação às outras esferas estadual e municipal, onde a vida das pessoas acontece.

Ademais, temos percebido que, apesar de todos os avanços em relação ao trato do social posto pelas diretrizes das políticas, do investimento financeiro crescente nesta área, pelas instâncias de controle instaladas para cada uma das políticas e dos programas (por exemplo, temos conselhos para cada uma das políticas da saúde, educação, assistência social e conselho que controla o programa Bolsa Família), ainda temos limites em relação à sua implementação. Temos hoje uma presença exageradamente forte do governo federal na definição das políticas implementadas pelos municípios e estados, concentração de poder e recursos neste sentido. Esta realidade caracteriza ainda a valorização maior dos programas de governo do que as políticas de Estado de responsabilidade dos governos. Eis um desafio importante a superarmos. Isto é conteúdo central para o avanço da democratização do Estado brasileiro.

IHU On-Line - Durante uma conferência realizada este ano, em Sapucaia do Sul, RS, a senhora propôs discutir a respeito do “Fortalecimento da participação e do controle social”. Segundo seu entendimento, que ações devem ser tomadas para que seja fortalecida a participação social nos projetos do governo e em que sentido deve haver um melhor controle social?

Marilene Maia - Participamos da Conferência Municipal de Assistência social, que é a instância máxima de deliberação e controle social da política no município. As conferências acontecem primeiramente nos municípios, cujos resultados são debatidos nos estados e, finalmente, chegam à Conferência Nacional, quando se avalia e projeta a política para os dois anos seguintes. Trata-se de um avanço importantíssimo no trato das políticas sociais, já que nas conferências é possível avaliar o caminho trilhado e definir as diretrizes para a sua continuidade, com a participação de todas as instâncias implicadas: governos, instituições pres-

“Constituição Cidadã define que os cidadãos devem ter garantidos os direitos civis, políticos e sociais”

tadoras de serviço, trabalhadores da área, população usuária dos serviços e cidadãos. Neste ano, o tema da VIII Conferência Nacional de Assistência Social é “Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores”. Um dos quatro subtemas é o “Fortalecimento da participação e do controle social”. Tema de fundamental importância, dada a realidade que vivemos de centralização e de “governamentalização” das políticas e, em especial, da política de assistência social. Mais uma vez, é importante referir que tivemos avanços importantíssimos, já que o tratamento do social até poucos anos atrás era de responsabilidade quase exclusiva das organizações da sociedade civil. Desde a Constituição Federal e com as regulamentações sociais asseguradas no tratamento dos direitos e das políticas, houve avanço em relação à responsabilidade do Estado com o social, a qualificação técnica do seu fazer, o financiamento e o fortalecimento do controle social. Poucos são os municípios brasileiros que não têm conselhos. Esse é um indicador que apresenta o avanço no tratamento da política social. Por outro lado, ainda estão postos os limites nas experiências destes conselhos e mesmo de muitas conferências, cuja população e organizações ficam a mercê da direção política dada pelo gestor governamental. As perguntas sempre presentes são: “Que realidade temos? Como as políticas sociais têm ‘mexido’ nesta realidade? Qual a avaliação da população usuária sobre isso? Como os governos e a sociedade estão respondendo e devem responder aos desafios que ficam? Como acontece a participação efetiva de todas as instâncias implicadas na vida política, no sentido da decisão, sobre quem e como fazer a política pública?” Não “ouço” este debate que é fundamental para que possamos mexer nos indi-

cadores da realidade e na efetivação das políticas sociais como mediações para esta mudança. Entendo que a população usuária e os trabalhadores da área podem contribuir para a qualificação dos processos de participação e controle social. Existem experiências inspiradoras, que merecem ser analisadas e tornadas públicas. Preocupamo-nos, ao mesmo tempo, que os espaços de participação e deliberação passem a ser institucionalizados e burocratizados. Temos pesquisas importantes feitas que apresentam avaliações sobre os conselhos e as conferências das políticas sociais. Há ainda uma forte dualidade entre investigação e ação. A academia e as instituições da intervenção no campo social necessitam articular-se. Entendo que é hora de uma avaliação profunda destes mecanismos em vista de sua qualificação.

IHU On-Line - Como a analisa a atuação do SUAS no combate à pobreza no país?

Marilene Maia - “A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil” é o quarto subtema das conferências de assistência social. É indiscutível a atenção e investimento do governo federal em relação a esta questão, que há muito tem sido preocupação de organizações internacionais, por exemplo, a ONU com os ODMs¹. A minha preocupação é de que possamos identificar isso na vida real. Ou seja, quando falamos em extrema pobreza, estamos falando de cada município? Quem vive esta realidade? Por que se vive esta realidade? Como sente, avalia e projeta a superação desta realidade? O que já foi feito para este enfrentamento? O que é necessário para avançar? Este balanço é fundamental e não pode ser feito somente pelos gestores que atuam na assistên-

¹ ODMs: oito parâmetros para a ação de todos na sua comunidade, no seu espaço de atuação e de vivência, doando-se em um projeto de solidariedade, ajudando a transformar a sociedade em que vive e melhorando a qualidade de vida de sua região. OS ODMs são: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. (Nota da IHU On-Line)

cia social ou nas políticas sociais. Ele deve ser assumido pelos gestores de todas as políticas de governo, pela sociedade civil e pelos agentes econômicos. Sabe-se que o social é revelador de um conjunto de definições políticas e econômicas. Percebe-se ainda a dissociabilidade no tratamento destas três áreas. Enquanto isto estiver presente, pouco se avançará no enfrentamento das raízes da pobreza.

IHU On-Line - Como avalia a concretização e a execução do programa Bolsa Família?

Marilene Maia - Na verdade, o Bolsa Família introduz, desde a sua primeira experiência aqui no RS, uma série de concepções e práticas que apontam para o rompimento com a lógica clientelista e assistencialista do social. É um programa que revela a necessidade e importância de um trabalho social com perspectiva de totalidade. As pessoas precisam ser protegidas em suas famílias e ter garantidos os seus direitos sociais no seu conjunto. Essa realidade exige a intersectorialidade entre as políticas sociais, que é fundamental para a sua afirmação e mudanças culturais e políticas, que temos referido desde o início da entrevista. Além disso, o programa foi e vem sendo construído com uma perspectiva de autonomia em relação ao benefício, que não é um bem, mas renda. Isso para uma sociedade capitalista apresenta outra condição para a população usuária do programa social. Apesar de tudo isso, muitos ainda são os desafios, que passam pelo enfrentamento às burocratizações, às condicionalidades impostas (já que educação, saúde, alimentação são direitos e precisam ser assegurados com qualidade à população), à construção de espaços democráticos de planejamento, monitoramento e avaliação deste programa, com a participação de todos os segmentos implicados. E participação com poder decisório. Para tanto, é fundamental a sua descentralização,

“As políticas sociais podem se constituir em ferramentas estratégicas para conhecimento, análise e construção de um projeto de desenvolvimento local, municipal, estadual e nacional”

que ainda está centralizado no governo federal. Além disso, é fundamental desvelar as relações, potências e os limites das transferências de renda, inclusão produtiva e desenvolvimento local. Temos acessado informações importantes em relação à melhoria das condições de vida da população, assim como sua interferência na economia local. Algumas práticas já apontam para resultados da contribuição efetiva da população beneficiária nos processos de controle e qualificação das políticas de educação, saúde e assistência social, que são as principais implicadas ao programa. Entretanto, ainda são resultados pontuais, afirmadores da mesma lógica de desenvolvimento que é geradora da exclusão, desproteção e vulnerabilidade. Muitas pesquisas estão sendo realizadas sobre esse programa. É urgente a reunião destes aportes para sua avaliação e redimensionamento da ação.

IHU On-Line - Que ações palpáveis devem ser realizadas pelo governo para combater a miséria? Os programas do governo são a melhor forma de combater a exclusão? Que outras saídas poderiam ser tomadas nesse

sentido?

Marilene Maia - Vivemos em um tempo muito importante. Nunca se falou tanto nas realidades de exclusão, violências, desigualdades. Indicadores não faltam para esta demonstração. Qualificaram-se os mecanismos de planejamento e gestão das políticas sociais. Foram criadas inúmeras instâncias de controle para que toda a sociedade assuma a sua responsabilidade, junto com os governos, para ser efetivo no trato do social. Temos, no entanto, problemas de “raiz” que necessitam ser mexidos. O modelo de Estado, apesar dos avanços constitucionais, está montado em uma perspectiva antiga de política, não garantindo a materialização da democratização proposta. As estruturas estatais, por sua vez, também não dão conta dos processos vislumbrados pelas políticas. Os trabalhadores, apesar de empenho crescente em sua articulação e formação, têm inúmeros limites para o seu trabalho. As instâncias de controle social, por muitos já reconhecidos como superados, apontam possibilidades, mas exigem mudanças radicais de padrões para cumprirem de fato o seu papel. Esta presença é fundamental para que as políticas sociais não fiquem sendo objeto de ações de governos, mudando a cada processo eleitoral. Existem dimensões do social que ainda não estão suficientemente contemplados para garantir sua afirmação em uma lógica de desenvolvimento diferente. Ou seja, como dar conta das diversidades em meio aos desafios da igualdade? Como garantir a justiça social e o desenvolvimento sustentável na distribuição das riquezas em um município, estado e país? Esta questão não está na agenda das políticas sociais. Lamento profundamente, especialmente em um ano em que estão sendo realizadas 13 conferências para a avaliação e deliberação de políticas no Brasil. Se não foi posto este debate, entendo que ainda é possível fazê-lo.

Democracia: regime ideal para o exercício da política social

De acordo com Potyara Amazoneida Pereira Pereira, a democracia por si só já supõe a existência de direitos sociais que se concretizam por meio de políticas sociais públicas

POR GRAZIELA WOLFART E THAMIRIS MAGALHÃES

“**A** democracia é o regime ideal para o exercício da política social voltada para a satisfação das necessidades humanas. Só nas ditaduras, as políticas sociais são usadas contra a sociedade, como já aconteceu no Brasil. Usava-se a política social para criar uma cortina de fumaça no intuito de encobrir o cerceamento dos direitos civis e políticos”. Essa é a opinião da professora Potyara Amazoneida Pereira Pereira, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Para a docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília - UnB, “no Brasil, a satisfação das necessidades do capital sempre foi privilegiadamente providenciada, em detrimento das necessidades sociais”. E completa: “tanto é assim que o nosso país vem sendo, por muitos anos, considerado campeão de desigualdade social e exemplo notório de injustiça distributiva”.

Potyara Amazoneida Pereira Pereira possui graduação em Serviço Social e em Direito. É mestre e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília e pós-doutora em Política Social pela University of Manchester/Reino Unido. Foi professora auxiliar e assistente da Universidade Federal do Pará (1966-1968), assistente, adjunta e titular da Universidade de Brasília (1971-1993/2005-2010) e visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ (2000-2002). Atualmente é pesquisadora colaboradora da Universidade de Brasília, liderando o Grupo de Estudos Político-sociais - Politiza. É professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB e pesquisadora do Neppos/Ceam/UnB e do CNPq. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a relação entre a política social e os enfrentamentos de classe considerando a realidade brasileira?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Em minha opinião, na base da política social existem correlações de forças, geralmente de classe, erigidas em torno de interesses conflitantes. A política social, resultante dessa relação conflituosa, contraditoriamente costuma servir a parte com maior poder de pressão, mas sem eliminar a outra parte. Daí a importância estratégica da combatividade política constante da classe trabalhadora. No Brasil, as maiores conquistas sociais foram obtidas pelas classes populares. Um exemplo é a Constituição Federal vigente, promulgada em 1988, cujos direitos sociais foram aprovados na Assembleia Nacional Constituinte, contrariando poderosos grupos conservadores. Mas estes não foram vencidos e passaram

a se reorganizar contra esses direitos. Ou seja, o campo da política social é o de uma luta sem tréguas.

IHU On-Line - Em que sentido a abordagem marxiana é adequada para explicar o processo de gênese das políticas sociais e públicas?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - No sentido de que só ela explica a verdadeira causa da existência da pobreza e das desigualdades sociais no capitalismo. Por isso ela fornece a fundamentação que propicia o entendimento da política social como processo contraditório que, justamente por isso, pode ser utilizado pelas classes subalternas para melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

IHU On-Line - Podemos considerar que no Brasil as políticas sociais tiveram trajetórias influenciadas por mudanças econômicas e políticas?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Sim. No Brasil a política social, como processo que também resulta da relação simultaneamente recíproca e antagônica entre Estado e sociedade, teve seu início nos anos 1930, quando, economicamente, o país deixava de ser agroexportador para torna-se urbano-industrial. Esse fato gerou mudanças sociais e políticas que redundaram na criação de políticas sociais demandadas por uma classe trabalhadora urbana em formação.

IHU On-Line - O que marca as experiências brasileiras no campo das políticas de satisfação de necessidades, considerando sua trajetória histórica em nosso país?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - No capitalismo, existem dois tipos de necessidades que demandam a atenção do Estado e da sociedade: as necessidades humanas, ou sociais, e as

necessidades do capital. No Brasil, a satisfação das necessidades do capital sempre foi privilegiadamente providenciada, em detrimento das necessidades sociais. Tanto é assim que o nosso país vem sendo, por muitos anos, considerado campeão de desigualdade social e exemplo notório de injustiça distributiva.

IHU On-Line - O que caracteriza a política social do governo brasileiro hoje?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Infelizmente, os governos pós-ditadura militar não reverteram o quadro de polarização entre riqueza e pobreza que caracteriza o país. Uns, porque eram declaradamente neoliberais; e, outros, porque, embora não o fossem, resolveram conviver com o neoliberalismo que penetrou no país justamente no momento em que este estava se redemocratizando. Hoje, temos várias políticas sociais que visam minorar a pobreza da maioria da população; mas isso só não basta ou é até contraproducente.

IHU On-Line - O que compõe o caráter universal e a finalidade pública das políticas sociais básicas?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Basicamente o respeito e a garantia do direito de todos à proteção social, sem adjetivações. Isto é, sem universalismos “básicos”, “contidos” ou “segmentados”, e sem condições.

IHU On-Line - Como se caracteriza o pensamento social a partir da realidade brasileira?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - O pensamento social hegemônico? Eu diria, parafraseando Atílio Boron¹, que é aquele regido pela combinação do pragmatismo neoliberal com o estonteante niilismo² ou relativismo

¹ Atílio Borón: politólogo e sociólogo argentino, doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard. Escreveu vários livros de ciência social e filosofia com orientação marxista e uma aposta política clara de compromisso com o socialismo para a América Latina. É professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires desde 1986. (Nota da IHU On-Line)

² Niilismo: sobre o tema, confira as seguintes edições da IHU On-Line: *A política em tempos de niilismo ético*, nº 197, de 25-06-2006, disponível para download em <http://bit.ly/>

“Nosso país vem sendo, por muitos anos, considerado campeão de desigualdade social e exemplo notório de injustiça distributiva”

pós-moderno, que rejeita as grandes teorias, a busca da essência das coisas, a universalidade e a crítica transformadora. Esta postura está presente inclusive nas universidades.

IHU On-Line - Que relações podem ser estabelecidas entre política social e democracia, a partir da intersecção entre estado e sociedade no Brasil?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - A democracia por si só já supõe a existência de direitos sociais que se concretizam por meio de políticas sociais públicas. A democracia é o regime ideal para o exercício da política social voltada para a satisfação das necessidades humanas. Só nas ditaduras, as políticas sociais são usadas contra a sociedade, como já aconteceu no Brasil. Usava-se a política social para criar uma cortina de fumaça no intuito de encobrir o cerceamento dos direitos civis e políticos.

IHU On-Line - Quais são as questões essenciais para compreender a política social numa perspectiva global?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - As questões que interpelam o desmonte dos direitos sociais em quase todo o planeta e desnudam a falácia das políticas sociais focalizadas, hoje dominantes, que funcionam como amadilhas da pobreza.

IHU On-Line - Por que a senhora con-
[o5SsxA](http://bit.ly/o5SsxA) *e Niilismo e relativismo de valores. Mercadejo ético ou via da emancipação e da salvação?*, nº 354, de 20-12-2010, disponível em <http://bit.ly/ivdNuL>. Leia, também, a entrevista concedida pelo filósofo jesuíta Paul Valadier, à edição 303 da IHU On-Line, de 10-08-2009, intitulada *Narrar Deus no horizonte do niilismo: a reviviscência do divino*, disponível para download em <http://bit.ly/3VXAnm>. (Nota da IHU On-Line)

sidera a política social um processo complexo e multideterminado, além de contraditório?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Porque ela não é um simples ato de governo ou uma receita técnica de grupos no poder. Pelo contrário, a política social resulta do confronto entre opostos, isto é, entre capital e trabalho, Estado e sociedade, e princípios da liberdade e da igualdade. Ao ser disputada por diferentes senhores, ela se complexifica e revela-se contraditória no sentido dialético do termo, porque ora atende um, ora outro, quando não a ambos simultaneamente. Daí a presença das correlações de forças na sua gênese e desenvolvimento.

IHU On-Line - Qual a relação entre política social e Welfare State?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - A política social é mais antiga do que o *Welfare State*. Aquela existe desde quando Estado e sociedade se defrontaram com problema da regulação social dos pobres e com a ameaça que o aumento da pobreza representava para a elite dirigente. Já o *Welfare State* é uma instituição historicamente delimitada, situada no período do segundo pós-guerra, que corresponde aos anos 1945-1975 e cujos elementos definidores são, segundo Mishra, o pleno emprego, a instituição de políticas sociais universais e o estabelecimento de piso socioeconômico abaixo do qual ninguém deveria viver. Mas esta distinção não está isenta de discussão. Ela tem um caráter muito mais analítico do que categorial.

IHU On-Line - O que deve pautar a formulação de políticas sociais em uma sociedade em transição?

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - O horizonte dos direitos de cidadania social. Sem ele a política social fica a mercê dos sentimentos mais daninhos, como o moralismo neoliberal que, em nome da autorresponsabilização dos indivíduos pelo seu próprio bem-estar, condena consideráveis parcelas da população do planeta ao abandono.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevista da Semana

A trágica e angustiante consciência da finitude da vida

José María Aguirre Oraá fala sobre o pensamento de autores como Miguel de Unamuno, Ortega y Gasset e José Luis Aranguren

POR GRAZIELA WOLFART E MÁRCIA JUNGES

Durante a primeira fase do **Ciclo de Estudos Perspectivas do Humano**, promovido pelo IHU, nos dias 16, 17 e 18 de agosto, esteve à frente dos debates o professor José María Aguirre Oraá, catedrático de Filosofia Moral da Universidade de La Rioja, Espanha. Na ocasião, ele apresentou o pensamento de Miguel de Unamuno, filósofo, reitor da Universidade de Salamanca, exilado da ditadura de Franco e morto na França. Depois, expôs o pensamento de José Ortega y Gasset, catedrático de filosofia de Madri; e por último apresentou o pensamento de José Luis Aranguren, que foi catedrático de ética na Universidade Complutense, Madri.

Sobre o pensamento desses autores, José María Aguirre Oraá concedeu uma entrevista pessoalmente à **IHU On-Line**, quando falou também sobre Ignacio Ellacuría. Aguirre explica que “a concepção do humano em Unamuno é a de que o homem tem uma consciência angustiada e trágica, porque realmente há o fim da vida. A vida acaba na morte, e o homem se rebela contra essa realidade. E o faz com razão, pois não pode encontrar uma resposta à morte, afinal a razão nos diz que começamos e acabamos”. O professor ainda destaca que “uma sociedade realmente humana é aquela em que é preciso construir não um estado de bem-estar, mas um estado de justiça”. E continua: “o fundamental não é construir um estado formalmente de direito, mas um estado de justiça no qual realmente a democracia política acompanhe a democracia econômica, cultural e social. Mais do que um sistema concreto de governo, a democracia deve ser composta por valores democráticos do povo, que devem ser soberanos, com participação política genuína, espaços de debate político, determinação de valores solidários e fraternos”.

José María Aguirre Oraá é professor de Filosofia Moral na Universidade de La Rioja desde 1996. Na Universidade de Lovaina, Bélgica, estudou Filosofia, doutorando-se em 1990. É autor de livros como *La philosophie en Amérique Latine* (Lovaina: Ciaco, 1986); *Pensamiento crítico, ética y Absoluto* (Vitoria: Eset, 1990); *Filosofía: historia y presente* (Vitoria: Eset, 1993); *Raison critique ou raison herméneutique? Une analyse de la controverse entre Habermas et Gadamer* (Paris; Cerf, 1998); e *Pluralismo y tolerancia. Un desafío a las sociedades liberales* (Logroño; Claridad, 2004). Seus campos de pesquisa estão centrados na Filosofia Moral, Filosofia Política, Filosofia da Religião e na Antropologia Filosófica. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a concepção do humano em Miguel de Unamuno?

José María Aguirre Oraá - A concepção do humano em Unamuno¹ é a de que o homem tem uma consciência an-

¹ Miguel de Unamuno y Jugo (1864-1936): poeta e filósofo espanhol. Nasceu em Ronda del Casco Viejo (Bilbau) e faleceu em Salamanca. Considerado a figura mais completa da “Generación del 98”, um grupo constituído por nomes como Antonio Machado, Azorín, Pío Baroja, Ramón del Valle-Inclán, Ramiro de Maetzu, Angel Ganivet, entre outros. Entre outros, escreveu *Do sentimento trágico da vida* (São Paulo: Martins Editora, 1996). (Nota da IHU On-Line)

gustiada e trágica, porque realmente há o fim da vida. A vida acaba na morte, e o homem se rebela contra essa realidade. E o faz com razão, pois não pode encontrar uma resposta à morte, afinal a razão nos diz que começamos e acabamos. A razão questiona nossa existência e só nesse sentido a fé permite uma abertura ao mistério de Deus. Diante da situação trágica da existência humana, para querer crer em Deus, é preciso deixar que Deus seja importante em nossa vida.

IHU On-Line - Qual é a atualidade desse pensador para refletirmos sobre o humano em nosso tempo?

José María Aguirre Oraá - Talvez a concepção das pessoas anônimas, que são quem realmente constroem a história, é algo que continua sendo atual, apesar de tanto glamour e fachada política ou econômica. Menos mal que existem homens e mulheres que, todos os dias, vão para o trabalho e estudam. São os que sustentam a so-

cidade. As sociedades ocidentais, inclusive a América Latina, possuem um forte sentimento religioso, e Unamuno continua nos inquietando sobre essa situação humana de que somos limitados e finitos. E a questão de que sentido tem nossa existência diante da dor, da doença e da morte, continua sendo atual, apesar de que o estado de bem-estar nos permite que vivamos bem.

IHU On-Line - De que forma essa concepção dialoga e debate com o pós-humano que se delineia atualmente?

José María Aguirre Oraá - Sou um tanto crítico com relação a essa concepção de pós-humanismo, pós-modernidade. O positivo da crítica pós-moderna é que tem se dedicado a criticar as concepções totalizantes de visões como o hegelianismo, o marxismo, o cristianismo. No entanto, não podemos cair no relativismo de que “tudo vale” ou de que uma coisa é igual à outra. É preciso ter critérios de valor para que uma coisa valha mais do que outra. Nesse sentido, Unamuno pode continuar nos provocando a pensar que a partir da existência humana é preciso ter em conta as questões de vida, de mortalidade, de sentido. E essa pode ser uma questão de ontem, antes de ontem, que o homem está sempre a buscar e precisa encontrar uma resposta. Unamuno é muito crítico com o racionalismo e com a tecnologia desenfreada. Inclusive ele fala que na Europa se tem usado muito a “Kultura”, com “k”, no sentido de ser muito bárbara, muito forte, anulando essa inquietude humana e trágica de perguntar pelo sentido da existência. Ele não está contra a ciência, a técnica, mas contra essa absorção e essa anulação das questões vitais humanas.

IHU On-Line - Em que medida o sentimento trágico da vida ajuda a compreender nossa finitude e nossa importância cosmológica?

José María Aguirre Oraá - O sentimento trágico significa reconhecer duas coisas. Uma é nossa finitude, nossa limitação, nossa situação humilde como humanos no cosmos. E a outra é o potencial de superação que implica em querer viver ao máximo a vida, em querer ser imortal, a partir de um

“Entre nós há pessoas que sofrem muito durante a vida pensando nisso, pois não podem aspirar à fama, ao poder, refletindo o sentimento trágico da existência”

“prolongamento” por intermédio da fama, do poder, dos filhos, dos escritos, deixando algo para a história. No entanto, Unamuno aponta aqui o problema do “meu eu” e da minha consciência que se acaba na essência da imortalidade. Essa luta para o sustento da existência é algo que precisamos ter em conta. Entre nós há pessoas que sofrem muito durante a vida pensando nisso, pois não podem aspirar à fama, ao poder, refletindo o sentimento trágico da existência.

IHU On-Line - Como podemos compreender a perspectiva raciovitalista de Ortega y Gasset?

José María Aguirre Oraá - Ortega y Gasset² insiste precisamente contra o racionalismo, o idealismo, e creio que às vezes de maneira um tanto parcial, mas escreve de maneira estupendamente bem do ponto de vista literário. Trata da insistência de que a filosofia que parte da existência humana - um pouco como Unamuno, mas com outro sentido - significa partir da vida humana, no sentido de tudo o que a vida é. Para alguns, a existência está na circunstância de terminar. E daí temos a frase “eu sou eu e minhas circunstâncias”; “tenho uma vida, mas com uma circunstância cultural, social, econômica”. A partir disso, a razão começa a mobilizar e a perguntar, porque a vida necessita de explicações, de ciência,

² José Ortega y Gasset (1883-1955): filósofo espanhol, que atuou também como ativista político e jornalista. Sobre o autor, confira a entrevista concedida por José Maurício de Carvalho, *Pampa. Um espaço humano de promessas e realizações*, concedida à IHU On-Line nº 190, de 07-08-2006, disponível em <http://mi-gre.me/16MA9>. (Nota da IHU On-Line)

de sentido. Daí a expressão “raciovitalismo”: partir da vida para que a razão esclareça a quantidade de questões vitais que a nós surgem.

IHU On-Line - Em que medida esse raciovitalismo aponta para as possibilidades e as fronteiras do humano?

José María Aguirre Oraá - Essa é uma pergunta difícil, pois aponta para uma fronteira que se divide em dois pontos: a razão não é o fundamental no homem (nesse sentido, se critica Descartes³, que diz “penso, logo existo”; não, não, não. O correto seria “existo, logo penso”); e em segundo lugar também a razão é uma doutrina do perspectivismo, ou seja, cada um tem *uma* perspectiva da realidade, e não *a* perspectiva da realidade. A realidade seria aquilo que atribuíríamos a Deus, porque Deus é aquele que vê tudo, mas o homem não. Talvez nós sejamos os diferentes olhos de Deus que veem a realidade. A razão tem muitas possibilidades: ciência, tecnologia, estética, ética, mas elas surgem da lógica da vida, ou seja, a razão não é o fundamental no homem; e ela tem seus limites enquanto cerceada do ponto de vista das diversas perspectivas.

IHU On-Line - Como ética e política se unem no pensamento de José Luis Aranguren?

José María Aguirre Oraá - Aranguren é um estudioso da moral e, nesse sentido, da ética, de filosofia moral. Um descobrimento que ele faz a partir do que lhe foi transmitido por Xavier Zubiri⁴ é que o homem é constitutiva-

³ René Descartes (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesianas, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentaristas, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos XVII e XVIII na Europa. (Nota da IHU On-Line)

⁴ Xavier Zubiri (1898-1983): filósofo espanhol cuja pesquisa e reflexão se concentrou, fundamentalmente, nos campos da Teoria do Conhecimento, da Ontologia e da Gnoseologia. Em sua juventude, Zubiri estudou filosofia no Instituto Superior de Filosofia da Universidade

mente moral. A moral não é um ornamento da existência humana; não é um luxo. A existência humana não é como a existência animal. Podemos raciocinar de diferentes maneiras diante de uma mesma situação, porque não temos um comportamento determinado. Evidentemente o homem não é um indivíduo: é um ser social. Ao se comportar moralmente, deve justificar suas preferências. Ao desejar algo não basta dizer “porque sim”. Deve justificar por determinadas razões. E na lógica social e política do homem, enquanto ser social, entra a questão ética. É preciso ver que estruturas sociais e políticas são adequadas para a existência humana. Nesse sentido, surge a democracia e toda a lógica da sociedade. Por isso ética e política são diferentes, mas estão unidas.

IHU On-Line - Qual é o nexó entre esses dois aspectos e as perspectivas do humano nesse pensador?

José María Aguirre Oraá - Uma sociedade realmente humana é aquela em que é preciso construir não um estado de bem-estar, mas um estado de justiça. É preciso saltar de um estado de bem-estar, o que com frequência é defendido pelas perspectivas liberais. O fundamental não é construir um estado formalmente de direito, mas um estado de justiça no qual realmente a democracia política acompanhe a democracia econômica, cultural e social. Mais do que um sistema concreto de governo, a democracia deve ser composta por valores democráticos do povo, que devem ser soberanos, com participação política genuína, espaços de debate político, determinação de

de Louvain, na Bélgica. Em 1921, Zubiri obteve doutorado em filosofia pela Universidade Complutense de Madrid. No mesmo ano, foi ordenado diácono. (Nota da IHU On-Line)

“Talvez nós sejamos os diferentes olhos de Deus que veem a realidade”

valores solidários e fraternos.

IHU On-Line - Esses valores surgem onde? O ser humano os aprende onde?

José María Aguirre Oraá - São valores que os homens aprendem e desaprendem em todos os lugares onde se socializam: escola, bairro, família, meios de comunicação, igrejas, universidades. Tudo depende dos pontos de vista com os quais se depara. As boas famílias são aquelas onde se aprendem valores humanos importantes; o mesmo ocorre com as boas igrejas, boas escolas, boas sociedades. Os poderes econômicos dirigem e dominam nossas vidas e os poderes midiáticos também. Não acreditamos mais no que diz o pai, a mãe, a igreja, o governo, apenas por serem o que são. O sentido crítico e ético do ser humano avançou mais. Não somos mais ingênuos. O que temos é uma crise da autoridade moral das instituições.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

José María Aguirre Oraá - Estou muito contente pela oportunidade de proferir palestras na Sala Ignacio Ellacuría, aqui na Unisinos, pois eu conheci Ellacuría⁵. Estive com ele em dois

⁵ **Ignácio Ellacuría**: filósofo, especialista em Zubiri, jesuíta, foi assassinado no dia 16 de novembro de 1989, juntamente com mais quatro companheiros jesuítas e duas senhoras, em San Salvador, El Salvador. Ele era reitor da Universidade Centro Americana, em San Salvador, confiada à Companhia de Jesus. Ele e seus companheiros foram barbaramente as-

assinados, já que ele era amigo do meu orientador de tese. Ellacuría me enviou um artigo, que publiquei num livro coletivo em 1989. Creio que foi o último artigo que ele escreveu antes de ser assassinado. Ellacuría conseguiu “latino-americanizar” Xavier Zubiri, seu orientador de tese, porque era seu discípulo. Zubiri dizia que o homem é um “animal de realidades”. Ele busca a realidade, que é complexa, afetiva, com sentido intelectual. Ellacuría concordou, mas reelaborou a ideia de seu mestre. Para ele, primeiramente era preciso se dar conta da realidade; mas isso seria muito “externo”, como se a realidade estivesse lá e eu aqui. Além de se dar conta, seria preciso incorporar e internalizar essa realidade, afinal, essa realidade é minha. E, em terceiro lugar, colocar-se a serviço desta realidade, ou seja, o que eu posso fazer para modificá-la, no sentido de que essa realidade depende de mim para sua transformação. Ellacuría desenvolveu essas três lógicas de maneira muito criativa. Por isso também o assassinaram, porque ele estimulava as pessoas a se darem conta e a se comprometerem com a justiça e com os pobres.

assinados por terem conseguido fazer da Universidade uma importante força social na luta pela promoção da justiça social. Sobre Ellacuría, confira a entrevista especial concedida por Héctor Samour, em 16-11-2007, ao site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, www.unisinos.br/ihu, intitulada *Inteligência, paixão e serviço. Celebrando o martírio de Ignacio Ellacuría e companheiros*, disponível em <http://migre.me/11DN8>. Na mesma data, nosso site publicou a notícia *Ignacio Ellacuría e companheiros assassinados no dia 16-11-1989*, disponível em <http://migre.me/11D07>. No site do IHU visite a Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, onde podem ser lidas notícias, a história dos mártires jesuítas e o memorial criado pelo IHU em sua homenagem: <http://migre.me/11D0t>. (Nota da IHU On-Line)

15/9/2011

CICLO DE ESTUDOS: PERSPECTIVAS DO HUMANO

FILOSOFIA, UNIVERSIDADE E POLÍTICA: A INSERÇÃO SOCIAL DE IGNACIO ELLACURÍA

PROF. DR. JOSÉ MORA GALIANA - UNIVERSIDAD PABLO OLAVIDE, SEVILLA - ESPANHA

INFORMAÇÕES EM [HTTP://MIGRE.ME/5FWKQ](http://MIGRE.ME/5FWKQ)

Teologia Pública

Congresso Continental de Teologia: novas perguntas para alimentar a esperança

O Congresso Continental de Teologia não quer propor respostas, mas sim fomentar “novas perguntas para alimentar a esperança”, afirmam membros da Fundação Ameríndia, María del Socorro Martínez, Pablo Bonavía e Roberto Urbina

POR MOISÉS SBARDELLOTTO

“O Concílio Vaticano II pôs a Igreja no mundo, e não a Igreja como central em si mesma”. Por outro lado, na América Latina, “a recepção e a aplicação do Concílio teve sua expressão na teologia da libertação como reflexão teológica”. Mas, diante do cenário social e eclesial do continente americano, brota o apelo: “Não podemos continuar involuindo”.

Nesse contexto, o Congresso Continental de Teologia (<http://www.unisinos.br/eventos/congresso-de-teologia/>), promovido pela Fundação Ameríndia junto com diversas organizações da América Latina e que irá ocorrer na Unisinos em outubro de 2012, não quer propor respostas, mas sim fomentar “novas perguntas para alimentar a esperança para seguir lutando por esse reino de Deus que queremos”.

Para conversar a respeito da preparação para o Congresso, a IHU On-Line se reuniu com os representantes da Fundação Ameríndia, que coordena os trabalhos de organização do encontro que pretende reunir 700 teólogos e teólogas de todo o continente americano. María del Socorro Martínez, Pablo Bonavía e Roberto Urbina estiveram no Instituto Humanitas Unisinos - IHU no final do mês de agosto para reuniões de organização e para participar do evento de lançamento do sítio do Congresso.

María del Socorro Martínez é educadora mexicana e religiosa do Sagrado Coração de Jesus. É presidente do Comitê Coordenador da Ameríndia Continental. É também coordenadora da Rede de Educação Popular das Religiosas do Sagrado Coração de Jesus em nível latino-americano e caribenho. É membro das Comunidades Eclesiais de Base, das quais é animadora e articuladora na América Latina. Faz parte do Conselho de Liderança Social Global, em um projeto em favor dos jovens nos Estados Unidos e México.

Pablo Bonavía é sacerdote uruguaio do clero diocesano de Montevideú. É coordenador do Observatório Eclesial da Ameríndia. É professor de teologia na Faculdade de Teologia Monseñor Mariano Soler. Foi coordenador-geral da Ameríndia Continental até 2008.

Roberto Urbina trabalhou durante 30 anos na Conferência Episcopal do Chile. Nos primeiros 20 anos, foi diretor nacional de comunicação e depois coordenador nacional da Cáritas Chile. É também fundador e diretor da Campanha Quaresma de Fraternidade da Igreja chilena. Foi consultor de empresas em comunicação corporativa e participa em várias organizações sociais chilenas, dentre as quais a Ameríndia, com a qual organizou as Jornadas Teológicas Regionais em julho de 2011 como secretário-executivo. Ele também foi escolhido como secretário-executivo do Congresso. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que é necessário resgatar ou tensionar do Concílio Vaticano II nesta segunda década do século XXI, a partir dos 50 anos de sua convocatória?

Pablo Bonavía - Parece-me que há duas intuições básicas do Concílio

Vaticano II que continuam sendo necessárias para elaborar uma reflexão teológica que responda aos desafios de hoje, e não aos do tempo do Concílio. E continuam sendo necessárias para um discurso, um discernimento que dê conta do que o Espírito tem dito à

Igreja, tanto em nível mundial como na América Latina.

Um primeiro ingrediente é que a teologia não se refere exclusivamente às reflexões para dentro da comunidade eclesial, mas tem a ver com discernir o que Deus e o reino de Deus

significam no mundo hoje em dia. A teologia está como que se descentrando de si mesma, não porque renuncia à sua tradição, mas porque a sua tradição está ao serviço do seu discernimento. Então, é importante resgatar essa ideia de que os **sinais dos tempos** constituem uma categoria central do Concílio, como disse **João XXIII**, e **Paulo VI** o repetiu, que não é somente um recordatório protocolar, mas, de fato, é um ingrediente indispensável para uma reflexão teológica pública, metodologicamente rigorosa, mas também atualizada para o que a humanidade e o continente estão vivendo hoje. Essa categoria de sinais dos tempos faz com que a teologia se sinta humildemente ao serviço do que Deus já está oferecendo no interior da vida humana e do cosmos.

A outra categoria que me parece importante é resgatar que o **Povo de Deus**, como conjunto, é um sujeito que, de alguma maneira, é prioritário com respeito a todas as diferenciações posteriores, por carisma ou por ministério. E, portanto, nesse Povo de Deus, todos e todas somos ativos, além de passivos - ou seja, somos protagonistas, além de receptivos.

Por último, eu diria que o modo como se produziu o **Concílio** - que não foi inventar tudo do zero, mas sim recolher o que, durante várias décadas, já havia sido a prática das pequenas comunidades, dos movimentos bíblicos, litúrgicos, ecumênicos etc. - veio recolher o melhor que havia sido produzido a partir do espaço cotidiano da vida cristã e das comunidades, a mesma coisa que irá acontecer depois em **Medellín**, para a **América Latina**. O que é preciso manter do Concílio, também, é o modo como ele, o Concílio, fez o seu discernimento, que não foi esperar uma revelação do alto sem mediações, mas sim recolher a que antes havia sido a experiência dos cristãos e das comunidades em um nível mais de base.

Roberto Urbina - Na linha do conceito de Povo de Deus no Concílio, eu acredito que há aí um conceito de que existe um sacerdócio comum, que todos os batizados e todos os crentes cristãos temos em comum, e de que os ministérios, então, são o exercício de

um serviço, e não o exercício de um poder. Esse conceito também é uma contribuição importante do Concílio, a meu modo de ver, e que foi muito bem acolhido na Igreja da **América Latina**, em **Medellín**, em **Puebla**. Depois, produziu-se uma involução.

E hoje é um momento para recuperá-lo, porque essa recuperação responde a uma demanda, a um desafio e, em alguns casos, a uma exigência dos movimentos sociais, das sociedades de hoje, que interpelam os cristãos neste sentido: no modo pelo qual abusamos às vezes do poder e não o entendemos como serviço, como ministério. Dentro da Igreja, antes de bispos, padres, papa, somos todos cristãos. Como diz a famosa expressão de **Santo Agostinho**, “para vós sou bispo, convosco sou cristão”.

María del Socorro Martínez - O Concílio pôs a Igreja no mundo, e não a Igreja como central em si mesma. A Igreja está a serviço do mundo, se não ela perde a sua razão de ser. Ela é apresentada como sacramento de salvação, mas para esse mundo, e não ela mesma como parâmetro do que deve ser. E essa categoria de Povo de Deus ressoou muito na **América Latina** - nós a tomamos, a vivemos, especialmente nas comunidades de base. Mas ambas as coisas me parecem estar em involução, e por isso considero muito importante este momento para dizer: “Não podemos continuar involuindo”.

Se é necessário usar uma nova categoria, é preciso usá-la. Mas o que vemos é que a Igreja está outra vez centralizada em si mesma e não em função de uma missão salvífica no mundo, e um Povo de Deus que está submetido a uma hierarquia centralizadora. Então, para mim, essas foram contribuições do **Vaticano II**. Mas onde está hoje o Vaticano II? Por isso, há muito desconcerto.

Pablo Bonavía - As pessoas às vezes se sentem desautorizadas.

María del Socorro Martínez - Exatamente, e pela própria Igreja, que começa a usar outras categorias, definindo o que é o central, uma Igreja para dentro. Há um freio muito forte, uma mudança de linguagem. Então é uma interrogação. **João XXIII** disse: “Abramos as janelas e as portas da Igreja”,

mas agora elas voltaram a se fechar. Por isso, hoje, embora o Concílio seja um ponto de referência importante, é preciso vê-lo no momento presente. Há necessidades de novas coisas.

IHU On-Line - A teologia da libertação, e o próprio conceito de libertação, foi pensada em um contexto específico da América Latina. Hoje, vivemos em outro contexto, embora a libertação continue sendo necessária. Qual o significado da libertação hoje e como a teologia pode pensar essa categoria no contexto atual do continente americano?

Pablo Bonavía - É uma pergunta profunda. Vou respondê-la, talvez, indiretamente. No **Fórum Social Mundial**, um dos seus grandes porta-vozes que é **Boaventura de Sousa Santos** disse que a questão ecológica incidiu de tal maneira no conceito de libertação que, hoje em dia, ninguém pode exigir exclusivamente que algum outro grupo se encarregue dessa questão. Essa questão envolve a todos e a todas nós. Portanto, a questão ecológica está obrigando toda a humanidade a desaprender uma maneira de se relacionar entre si e com a natureza que tem, sobre o domínio sobre a natureza e sobre o outro, sua categoria privilegiada.

Então, o que eu vejo que tem ocorrido nos últimos anos é um aprofundamento do conceito de libertação. Mas a demanda de libertação torna-se, cada vez mais, clara, no sentido de que recém estamos nos dando conta de até que ponto a modernidade - e, dentro da modernidade, o conceito capitalista de desenvolvimento - tem levado a relações de dominação entre grupos sociais, de países entre si e da humanidade sobre a natureza. A libertação tem que incluir todos esses aspectos: e não no sentido de que alguns libertam outros, mas sim que todos nos encarregamos de um processo em que nos libertamos reciprocamente.

María del Socorro Martínez - A partir da figura de Jesus, eu continuo resgatando a opção pelos pobres, mas não só na forma como a entendemos nos anos 1970. Eu continuo acreditando no pobre como sujeito de revelação privilegiada. E acredito que, às vezes, o mundo quer esquecer que existem

pobres - é como uma tentação. Sim, todos estamos em uma complexidade. Mesmo na questão ecológica - e isto está comprovado pelas **Nações Unidas** -, a maior repercussão é nos setores pobres. No entanto, quem mais resgata a natureza são os povos originários. Arriscam a vida para defender as florestas. Em um mundo tão dispar, alguns são muito ricos, e continua havendo uma maioria pobre, dois terços da humanidade.

Quando questionam a teologia da libertação, eu respondo: “No seguimento de **Jesus**, a libertação implica também em olhar o mundo a partir daí”. Como eu me comprometo com esse mundo e como o próprio pobre se compromete com a sua realidade? Eu tenho que olhar para aí, porque, do contrário, me afasto desse seguimento de **Jesus**, radical. A contribuição da teologia da libertação e da **América Latina**, em particular, continua sendo muito válida, e para o mundo inteiro. Então, não podemos nos eximir dessa libertação. Nessa tentativa de olhar a partir daí, há uma conversão, que não vem de nenhum outro lado. E qual o nosso papel? É uma pergunta muito profunda. Que libertação? Não é só a material, mas também - a vida digna.

Roberto Urbina - Na **América Latina**, a recepção e a aplicação do **Concílio Vaticano II** teve sua expressão na teologia da libertação como reflexão teológica. Essa é uma primeira relação e vinculação que é preciso fazer. E, ao fazer isso, a Igreja na América Latina reconhece esse sacramento de libertação nos pobres. E a partir daí é que nós olhamos a construção do Reino. No entanto, no conceito de libertação, há também uma libertação interior, individual e necessária, que é libertar a mim mesmo - essa é a conversão. E também é dessa libertação que estamos falando. Hoje em dia, esse conceito de “pobre” é muito mais complexo do que há 40 anos. Nessa complexidade, eu vejo alguns outros “rostos” (como diz **Puebla** e depois **Aparecida**, novamente): a pobreza digital, todas as pessoas que ficam fora desse mundo das redes sociais por falta de recursos, e não porque não querem.

Mas me chama a atenção a busca no campo da espiritualidade. Eu acho que

se abriu, hoje em dia, na sociedade, uma busca de rostos de Deus que não são o único rosto de Deus que tínhamos há 50 anos. Hoje, há muitos rostos de Deus, e as buscas são muito variadas. Então, as perguntas que as pessoas se fazem hoje acerca de Deus e sobre si mesmas são também muito complexas e muito diversas. Aí está se produzindo um elemento que complexifica essa libertação e nos obriga a nos colocar nesse processo de busca. Assim como com o Concílio abriu os ouvidos para escutar o mundo, hoje nós também precisamos abrir os ouvidos e escutar as demandas, as perguntas, os desafios do mundo e olhar com muita atenção para perscrutar esses sinais dos tempos, como dizia o Concílio, e a partir daí construir o reino de Deus.

María del Socorro Martínez - Na teologia da libertação, o primeiro momento é analisar a realidade. A agenda, por assim dizer, tem que ser ditada pela realidade, não por nós. O que está acontecendo no mundo atualmente e como perscrutar esses sinais? Isso é muito difícil, mas continua sendo muito válido. Hoje em dia, as mudanças da Igreja partem da doutrina, do magistério. Isso muda totalmente, porque é a Igreja que tem as respostas antes de ver a realidade. Nesse sentido, a teologia da libertação continua sendo uma diferença muito grande e, para nós, muito necessária e válida.

IHU On-Line - **A partir desse contexto, surge o Congresso Continental de Teologia. Como animação aos participantes, qual é o desafio e a proposta do Congresso à teologia e aos teólogos/as nessa data tão significativa? A que ele se propõe? E sobre o que os teólogos/as são convidados/as a refletir nesse tempo de preparação?**

Roberto Urbina - Eu acho que a Igreja hoje em dia precisa fazer uma reflexão teológica. Mas eu também acho que grande parte da Igreja da **América Latina** não vai fazê-la em uma perspectiva do Concílio. Por isso, eu acho que é responsabilidade nossa fomentar, favorecer, empurrar, provocar uma reflexão teológica diante dos rostos sofrendores de hoje a partir da perspectiva do Concílio.

María del Socorro Martínez - Muitas

pessoas se perguntam a respeito do Congresso: Qual vai ser a novidade? Ou a respeito da teologia da libertação: Qual é o “novo” que ela ofereceu? Ainda queremos receitas, respostas. E o que eu gostaria é que o Congresso abrisse perspectivas, e assim nos tornássemos, cada um e cada uma, responsáveis por esse presente que temos hoje - complexo, difícil, sobre o qual não sabemos todas as respostas. Há muitas mudanças, não podemos ter todas as respostas. Mas é precisamente por isso que eu gostaria de que o Congresso fizesse com que as pessoas sássem questionadas, com novas perguntas.

Não vamos ter as respostas, mas vamos ter novas perguntas para alimentar a esperança para seguir lutando por esse reino de Deus que queremos. Há uma responsabilidade pessoal e coletiva para construir o reino de Deus. Que saíamos inquietos, militantes. Que o Congresso nos abra perspectivas. Por isso, o primeiro dia do Congresso me parece muito importante - a realidade. De que realidade vamos falar? Assim como o **Vaticano II** e **Medellín** abriram caminhos, sem repeti-los, do mesmo modo eu imagino o Congresso: que tenhamos a capacidade de abrir caminhos e de assumir responsabilidades no momento que nos coube viver.

Pablo Bonavía - Na leitura evangélica do domingo passado [21 de agosto], **Jesus** não aparece tanto como uma pessoa que dá respostas, mas sim como uma pessoa que convida as pessoas a se fazer perguntas e a descobrir, a partir do mais profundo de si mesmas, quais são essas respostas - quando lhes pergunta: “E vocês, quem dizem que eu sou?”. E **Pedro** responde, mas a partir do seu interior mais profundo, porque escutou o Pai que estava lhe sugerindo essa resposta, e lhe diz: “Tu és o Messias, tu és o Filho de Deus”.

Eu acredito que tanto a teologia quanto a catequese, incluindo aqui as homilias e o acompanhamento espiritual, deveriam nos ajudar a fazer as perguntas, porque as respostas, tanto no Concílio, quanto em **Medellín**, não vieram a partir de uma doutrina já elaborada ou a partir de uma pastoral rigorosamente planejada, mas sim de perguntas que ajudaram as pessoas a

ir encontrando aquilo que é de Deus na prática cotidiana. Aí eu acredito que há um desafio para esse Congresso, que não quer dizer a última palavra sobre nenhum tema, mas considera, sim, que é obrigação da Igreja discernir quais são as verdadeiras perguntas e quais são os contextos para ir encontrando as respostas.

Nesse sentido, eu continuo pensando que as pequenas comunidades, por exemplo as comunidades eclesiais de base, continuam sendo o espaço onde as pessoas se dão conta de que podem dar o que não tinham - como na multiplicação dos pães. Quando elas se encontram com contextos de discernimento, em que os demais lhes ajudam a ver o que há de Deus neles, começam a viver e a dizer coisas que nem elas sabiam que traziam dentro. E acho que esse é justamente um dos desafios que vem dos mais pobres. O mais pobre dedica todas as suas energias para sobreviver, sobretudo para se defender, e não pode se dedicar a desenvolver o que, a partir de dentro, Deus lhe está dando. Justamente, quando esse pobre encontra espaços onde isso é possível, aí vem uma mudança muito profunda, que o mundo de hoje está exigindo. Porque tanto a exclusão social, quando a depredação

ecológica estão obrigando a uma mudança cultural que, por sua vez, está convidando a uma mudança muito profunda de cada um e cada uma.

María del Socorro Martínez - Vivemos muitos anos querendo [o Congresso], mas o contexto não permitia. Eu sinto que agora o contexto está se revelando: a crise dos EUA, onde muitas coisas mudaram, essa mudança de uma grande potência, as manifestações juvenis, que aconteceram também em 1968, em nível mundial, e em 1972, no México, ou a decepção com a Igreja - eu lia, antes de chegar ao Brasil, que é a primeira vez que a porcentagem diminui para menos de 70%, com o crescimento de outras expressões religiosas. Então, há muitos sinais, muitas situações meio inéditas, que vão se conjugando em uma mudança, em que nos perguntamos: O que está acontecendo? Aí é que me parece que Deus está falando.

Pablo Bonavía - De nossa parte, também é preciso fazer um agradecimento muito especial ao Instituto Humanitas Unisinos, no sentido de que todo esse escutar-nos mutuamente, esse comunicar-nos, esse estimular-nos reciprocamente, hoje em dia, requerem também técnicas, espaços disponíveis, *know-how*. Um mundo que se

tecnificou talvez perdeu rumos com relação a que homem e a que sociedade queremos que essa tecnificação esteja a serviço, tanto no mundo das comunicações como em todo o resto. Nesse sentido, fala muito bem do Instituto o fato de nos estarem brindando ferramentas para que esse Congresso, que vai assumir o desafio de poder congrega 700 pessoas, de fato, possa ser realizado de forma eficiente e verdadeira.

LEIA MAIS...

- Sítio do Congresso Continental de Teologia: <http://bit.ly/q7kwpT>
- Congresso Continental de Teologia: um novo "sinal dos tempos" do fazer teológico <http://bit.ly/pbzBaQ>
- Congresso Continental de Teologia é notícia na Europa <http://bit.ly/oGzVET>
- Congresso Latino-Americano de Teologia: uma análise da situação socioreligiosa-eclesial atual. Entrevista especial com Agenor Brighenti <http://bit.ly/fN5Osa>
- Teologia da Libertação. Um discurso que dá razão à esperança. Entrevista especial com Olle Kristenson <http://bit.ly/aU4Nrs>
- Enquanto houver pobres, haverá Teologia da Libertação. Entrevista com Pablo Richard <http://bit.ly/jg2tYl>
- Uma teologia para novos tempos. Entrevista com Maria Concepción Vallecillo <http://bit.ly/j8CEaA>
- Dois modelos de igreja dentro da mesma igreja. Entrevista com Pablo Richard <http://bit.ly/jrhrSY>
- Teologia da Libertação. Revista IHU On-Line, no. 214 <http://bit.ly/bsMG96>

http://twitter.com/_ihu

Artigo da Semana

A Igreja na internet: surgimento de uma religião 2.0?

POR THAMIRIS MAGALHÃES DE SOUSA*

Acender vela na capela, rezar o terço no Santuário, assistir a homilia na igreja... Foi-se o tempo. Agora, com um simples clique, o fiel-internauta pode fazer tudo isso - e muito mais - sem sair de casa. Ou, ao menos, as formas de sagrado tradicionais estão cada vez mais sendo disputadas com outras formas de ser religioso - na internet.

Cria-se, então, a possibilidade da manifestação da fé tendo um mediador, no caso, o computador, que passa a assumir um importante papel: o de mudança de hábitos do cotidiano, que faz com que o internauta católico acabe utilizando formas diferentes de execução de algumas práticas religiosas populares neste processo.

Em sítios onde se encontram velas virtuais há também outros serviços para os internautas, inclusive venda de produtos religiosos. Através de sítios católicos, existe um duplo fluxo comunicacional, em que a Igreja se comunica com o fiel, que, consequentemente, comunica-se com ela.

Na versão digital das velas virtuais, funciona assim: primeiramente o fiel deve preencher os dados pessoais para poder incluir o pedido de oração. Esse pedido poderá ser direcionado a Deus ou até mesmo sem destinatário explícito. Existe a possibilidade de o internauta escolher o formato desejado de vela, para depois clicar no botão "acender" ou "enviar", para que a oração seja validada.

Percebe-se que há uma inevitável quebra do tradicionalismo a partir do momento que o internauta deixa de frequentar o templo e passa a utilizar

esses serviços religiosos disponíveis na rede. Existe a possibilidade da criação de novos tipos de negócios religiosos, na tentativa de atrair novos consumidores, fiéis, por meio das novas tecnologias digitais. O tradicionalismo religioso vem sofrendo modificações. Acender uma vela na igreja era uma demonstração de gratidão por uma graça alcançada. O cenário mudou. Agora basta um clique para que ela seja acesa, o que não necessariamente muda o sentimento do fiel que a acendia na capela.

Já se fala até em vários ciberes (do inglês *cyber*) da Igreja. Ciberteologia (que é também o nome de uma revista). Ciberigreja. Cibercatequese. E ciberpastoral. Um exemplo? Dom Celli¹, presidente do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, assinalou na blogosfera a matriz de novas culturas. O padre jesuíta Antonio Spadaro² revelou que já abriu um blog próprio de "ciberteologia". O Pe. Roderick Von-Hoegen, também jesuíta, lembrando que os apóstolos eram pescadores, disse que "para pescar, é preciso a isca certa e, para os jovens de hoje, a isca certa é a Rede"³.

Hoje, na sociedade em vias de midiatização, a ligação para com o divino pode ser realizada de inúmeras formas, inclusive diante do altar.

1 Claudio Maria Celli ([Rimini, 20 de julho de 1941](#)) é um [bispo católico italiano](#) e presidente do [Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais](#) no Vaticano. (Nota da IHU On-Line)

2 Aceso: Antonio Spadaro é o novo diretor da revista italiana *Civiltà Cattolica*. Disponível em: <http://migre.me/5FSo5>. (Nota da IHU On-Line)

3 Disponível em: . Acessado em: 28 de junho de 2011. (Nota da IHU On-Line)

Para que o indivíduo esteja cada vez mais "conectado" ao sagrado, a igreja busca atingir cada vez mais fiéis, utilizando-se de diversos meios - como os digitais - para alcançar o seu fim principal. Por exemplo, se o fiel desejar realizar uma oração a qualquer momento, em casa, no trabalho ou até mesmo no transporte, poderá fazê-lo sem problema. Basta fazer o download do serviço de oração desejado em formato mp3. Isso só para ficarmos neste exemplo, uma vez que são inúmeros os serviços disponíveis na atualidade pela Igreja para que o fiel realize suas orações, acenda vela a seu santo, reze a Bíblia, o terço, assista à missa etc. Todos os exemplos, hoje, podem ser acessados na internet.

Vivemos uma mudança de comportamento. Estamos no meio de um processo, da mudança de uma "antiga ambiência" caracterizada por um mundo analógico, de produtor, receptor e canal; para um "mundo novo", uma "nova ambiência", caracterizada pelo processo de midiatização da sociedade, ainda pouco conhecida e explorada, mas que tem como uma de suas principais características o compartilhamento de informações, a participação⁵.

Quer dizer, vivemos hoje um processo de midiatização da sociedade⁶,

5 Ideias de Pe. Pedro Gilberto Gomes, professor do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos, da linha de pesquisa: Midiatização e Processos Sociais. (Nota da IHU On-Line)

6 Aceso: [Midiatização. Uma análise do processo de comunicação em rede](#). Cadernos IHU em formação, ano: 05, nº 35, 2009. Disponível em: <http://migre.me/5FSBO>. (Nota da IHU On-Line)

* Thamiris Magalhães de Sousa é Jornalista formada pela Universidade da Amazônia (Unama), em Belém/PA. Atualmente, cursa o Mestrado em Ciências da Comunicação na Unisinos, na linha de pesquisa: Midiatização e Processos Sociais. É Jornalista da Revista IHU On-Line do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. (Nota da IHU On-Line)

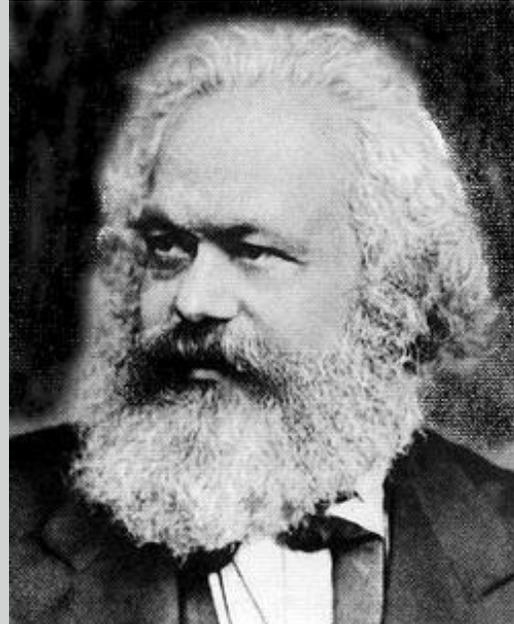
em que, por meio das tecnologias digitais e da internet, uma nova manifestação fiel-igreja se torna expressiva e cada vez mais visível. Hoje, em pleno século XXI, ir ao templo para rezar se tornou algo secundário; acender uma vela na capela, rezar o terço na igreja, ou até mesmo se encontrar com as pessoas no templo, nos dias e horários pré-estabelecidos pela autoridade eclesial, estão se tornando cada vez mais disputados com outras formas de “ser religioso” - na internet.

Mas a questão que surge diante desse novo cenário é: será que está surgindo um novo modo de ser religioso? Uma coisa, porém, é fato: não há dúvida de que os fiéis estão se tornando cada vez mais participativos, deixando de ser meros receptores e atuando junto à Igreja, presencialmente ou pela internet, seja apenas rezando seu terço, acendendo a vela ou pedindo orientações espirituais aos padres na rede.

Os membros da comunidade eclesial (padres, irmãs, bispos, diáconos, presbíteros, arcebispos etc.) devem perceber a mudança epocal que ocorre na sociedade cada vez mais midiaticizada, ao perceber que, muitas vezes, mais importante do que o que é dito e lido na internet, o simples fato de estar conectado nesse novo mundo, nessa nova ambiência, muda tudo, uma vez que a internet e as tecnologias com certeza não são apenas meros meios de divulgação de mensagens. Elas, portanto, não são instrumentos neutros! Mas, sim, configuram um novo ser. Um ser conectado, mais interativo, participativo, e por que não, crítico? A igreja, portanto, não deve deixar de reconhecer esta mudança, uma vez que, como dizia McLuhan: “o meio é a mensagem”.

A pergunta que fica é: que novo modo de ser religioso começa a emergir da sociedade em estado de midiaticização, com rituais antes realizados apenas diante do altar, sendo propagados abundantemente pela rede, na web? Será que está iniciando uma nova era para a religião? Uma religião 2.0? Que consequências essas transformações trarão para a instituição Igreja? Para essas indagações, só o tempo poderá oferecer as possíveis respostas. E os trabalhos, suas relevantes contribuições.

Ciclo de Estudos: Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2011



Karl Marx: importância e atualidade de sua obra em tempos de crise financeira

Prof. Dr. Fernando Maccari Lara - FEE/
Unisinos

Data de início: 26 de setembro de 2011

Local: Sala Ignacio Ellacuría
e Companheiros - IHU

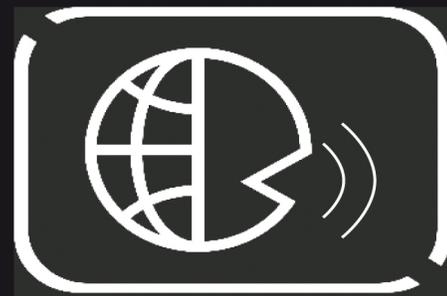
Informações em www.ihu.unisinos.br

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR



Governos, políticas públicas e comunicação

POR LUCIANO GALLAS*

A inclusão do marco regulatório dos meios de comunicação entre as resoluções aprovadas no Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado no início deste mês de setembro, e a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, que ora avança, ora recua, recolocam ambos os assuntos entre os temas do dia e reacendem o debate sobre a elaboração de políticas públicas de comunicação nos níveis municipal, estadual e federal de governo. Dito de outra forma, a comunicação governamental está atendendo ao interesse público de debate e formulação de tais políticas públicas ou ainda se restringe ao papel da assessoria voltado ao fortalecimento da figura e/ou grupo políticos que coordenam o órgão assessorado?

Popularizar o acesso aos meios digitais - popularizar de fato; banda larga com velocidade de Kbps por um custo na base dos 30 reais está mais para engodo do que para a ampliação do acesso ao serviço - e incentivar a discussão em torno do controle público e social da mídia - hoje, apesar das empresas privadas utilizarem comercialmente o espectro radioelétrico sob o regime de concessão pública, não oferecem nenhuma contrapartida à sociedade em termos de diversidade

de conteúdo e de fontes; de incentivo à produção local ou de uma programação que atenda aos interesses regionais - são exemplos de iniciativas vinculadas às políticas públicas.

Por outro lado, montar uma equipe de comunicação com três ou quatro pessoas pensando a implantação de políticas enquanto uma expressiva maioria de cargos em comissão e de servidores de carreira realiza unicamente a divulgação dos atos do governo - por mais que se reivindicuem estes atos como democráticos e inclusivos - é fazer uso privado da máquina de governo. Evidentemente que a publicidade dos atos governamentais é essencial para a sobrevivência eleitoral do grupo político que chegou ao poder, mas priorizá-la é subordinar a república e seus cidadãos aos seus interesses do grupo em questão. Esta atitude (inspirada na lógica neoliberal) acaba por reproduzir o padrão estético da mídia convencional, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, produz uma comunicação dirigida à própria mídia, e não à população do município ou região.

Exemplos de formato de equipes de comunicação voltadas unicamente à divulgação das ações de governo, em que as políticas públicas saem apenas da cabeça privilegiada de um

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e membro do Grupo de Pesquisa Cepos, apoiado pela Ford Foundation. E-mail: <lucgallas@yahoo.com>.

secretário, diretor ou assessor especial de comunicação, são ainda mais comuns em nossos governos. Basta dar uma rápida averiguada nas prefeituras mais próximas para encontrar jornalistas que têm como função primordial a produção de textos, imagens e áudios direcionados a ressaltar as ações de ocupantes de cargos políticos, destinados a alimentar sítios eletrônicos, informativos impressos e a imprensa em geral - sítios e informativos que poderiam estar a serviço da manifestação da população e de fomento à produção local, de forma a oferecer um espaço de expressão não encontrado na mídia convencional; de apoio ao debate sobre as próprias políticas públicas, os regulamentos, leis e projetos em andamento; e de exercício de cidadania.

Da mesma forma, é comum encontrar nestas equipes um bom número de publicitários fazendo a intermediação entre governo e agências privadas de comunicação, e dificilmente alguém que esteja pensando em fórmulas para ampliar a discussão em torno das políticas implantadas. Fórmulas que podem incluir consultas à população pela internet ou telefone nas questões relacionadas, por exemplo, ao orçamento dos municípios. Além do mais, na maior parte das administrações, o dinheiro público usado na publicidade dos atos de governo ainda é centralizado nas grandes redes de emissoras,

“Só têm liberdade de expressão as poucas empresas familiares que controlam e privatizam o espaço público da comunicação, as mesmas que impõem sua visão de mundo”

dando-se pouca atenção aos órgãos locais de imprensa e deixando-se no abandono as rádios comunitárias e os jornais de bairro.

Vale lembrar que o atual Código Brasileiro de Telecomunicações data de 1962, que não foi atualizado nem mesmo após a publicação da Constituição Federal de 1988 e que, no cenário atual de convergência tecnológica digital, tal marco regulatório caducou de vez. A própria Constituição Federal carece de regulação no que se refere a vários artigos relacionados à comunicação e que estabelecem a proibição de deputados e senadores serem proprietários de emissoras de rádio e televisão e a propriedade cruzada; a criação de cotas para a regionalização da produção audiovisual; e a comple-

mentariedade entre os sistemas público, estatal e privado de comunicação. Ou seja, o sistema privado, que hoje domina a comunicação no país, deveria funcionar juntamente aos sistemas estatal, que, exatamente por ser controlado pelas esferas governamentais, deve estar a serviço dos interesses da população, e público, que contempla a comunicação produzida de forma alheia aos interesses dos governos e das empresas privadas e cuja programação deve atender à diversidade e à pluralidade encontradas na própria sociedade.

A criação de conselhos estaduais e municipais de comunicação, que encontra amparo nas constituições Federal e estaduais, pode configurar-se em um importante espaço de articulação da sociedade organizada e em fórum de participação popular, desde que tais organismos representem grupos e estratos sociais diversos e não apenas o poder estatal ou a iniciativa privada. Somente desta forma é que estarão se opondo à concentração de poder pelas mídias convencionais. Hoje, só têm liberdade de expressão as poucas empresas familiares que controlam e privatizam o espaço público da comunicação, as mesmas que impõem sua visão de mundo à maioria da população e que agendam os temas para nortear as conversas nas vias, praças e casas de nossas cidades.



**NÚCLEO DE ANÁLISE DA
TELEDRAMATURGIA**

INFORMAÇÕES: WWW.GRUPOCEPOS.NET/NAT | KALIKOSKE@HOTMAIL.COM

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 06-09-2011 a 12-09-2011.

As representações simbólicas do feminino e do masculino na literatura evangélica

Entrevista especial com Sandra Duarte, graduada em Serviço Social e teóloga, professora da Universidade Metodista de São Paulo - Umesp

Confira nas Notícias do Dia de 06-09-2011

Acesse no link <http://bit.ly/ogf28l>

Livros evangélicos que ensinam as mulheres a serem “boas esposas”, “boas mães” e “boas donas de casa” estão entre os mais vendidos do mundo porque “as mulheres estão em crise”. Apesar de terem conquistado espaço na sociedade, as mulheres buscam “respostas religiosas para uma crise que extrapola nossa capacidade humana de lidar com tantas atribuições”.

Clomazone e o perigo dos agrotóxicos

Entrevista especial com Darci Bergmann, engenheiro agrônomo, ambientalista e fundador da Associação São-Borjense de Proteção ao Ambiente Natural - Aspan

Confira nas Notícias do Dia de 07-09-2011

Acesse no link <http://bit.ly/q1nBdW>

“O receituário agrônomo virou uma mera formalidade, pois no cenário das lavouras as coisas acontecem de outra forma, principalmente quando os agrotóxicos são aplicados por aeronaves agrícolas”, menciona Bergmann.

Nacional-desenvolvimentismo às avessas e a fragilidade econômica

Entrevista especial com Reinaldo Gonçalves, economista,

professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Confira nas Notícias do Dia de 08-09-2011

Acesse no link <http://bit.ly/ounJO3>

“Redução da taxa de juro sem mudança no regime macroeconômico pode criar mais problemas do que soluções”, diz o economista ao criticar a medida do Banco Central de reduzir a taxa de juros em 0,5% ao ano.

Sociedade do risco e o consumo de alimentos orgânicos

Entrevista especial com Eduardo Moro, sociólogo

Confira nas Notícias do Dia de 09-09-2011

Acesse no link <http://bit.ly/pOvN4j>

Em contraposição à alimentação fast food, a procura pela alimentação orgânica tem crescido em diversos países do mundo. Escândalos alimentares ocorridos na Europa nos anos 1980, o clima de insegurança, as “dúvidas quanto à capacidade dos peritos em prever ou mesmo controlar incidentes envolvendo o consumo de alimentos” e as incertezas da sociedade do risco contribuíram para que os consumidores repensassem as práticas alimentares.

11 de setembro, dez anos depois: “Nesse inferno, eu descobri a graça”

Entrevista especial com James Martin, editor de cultura da revista semanal America

Confira nas Notícias do Dia de 11-09-2011

Acesse no link <http://bit.ly/oz4oR3>

Foi “nesse inferno que eu encontrei a graça”, relata o jesuíta. “Trabalhar no World Trade Center foi uma das experiências mais profundas do Espírito Santo que eu já tive”, uma experiência de “caridade, unidade e concórdia”.

Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos nas Políticas Públicas

Paulo de Martino Januzzi - Secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Soci

Data: 27/9/2011

Informações em <http://migre.me/5uQ6N>

Destaques On-Line - 04-07 a 14-08-2011

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) no período de 04-07-2011 a 14-08-2011.

Porecatu. A guerrilha esquecida

Entrevista especial com Marcelo Oikawa, jornalista

Confira nas Notícias do Dia de 09-07-2011

Acesse no link <http://bit.ly/pUfmqN>

Símbolo da luta camponesa pela distribuição de terra no Brasil, a história da guerrilha de Porecatu, no Paraná, é resgatada no livro Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram. Além de influenciar a criação dos primeiros sindicatos rurais, a guerrilha “motivou a assinatura do primeiro decreto de desapropriação de terras para fins sociais”.

Código Florestal deve integrar agricultura e preservação ambiental

Entrevista com Ricardo Rodrigues, biólogo, professor na Universidade de São Paulo - USP

Confira nas Notícias do Dia de 15-07-2011

Acesse no link <http://bit.ly/pNUAMf>

Antes de aprovar um novo Código Florestal, é preciso reavaliar o Código vigente e atualizá-lo com o conhecimento científico adquirido nos últimos anos. Essa é a proposta defendida pela Academia Brasileira de Ciência - ABC e pela Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência - SBPC.

Um julgamento emblemático. Tribunal do Júri e o trabalhador rural assassinado. Entrevista especial com Darci Frigo

Confira nas Notícias do Dia de 27-07-2011

Acesse no link <http://bit.ly/pdpLX5>

O 27 de julho é emblemático para os movimentos sociais e trabalhadores rurais do Paraná, que há anos são vítimas da violência no campo. Às 13h ocorreu em Curitiba o Tribunal do Júri do caso Eduardo Anghinoni, trabalhador rural assassinado em Querência do Norte, noroeste do estado, em 1999.

Ciclo de Estudos: Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2011

Data de início: 29 de agosto de 2011

Data de término: 07 de novembro de 2011

Informações em
<http://migre.me/5uQ8c>



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 12-09-2011
<p>Evento: Giorgio Agamben: "O Homo Sacer I, II, III . A exceção jurídica e o governo da vida humana" Palestrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz - Unisinos Tema: O estado de exceção como paradigma de governo Horário: 14 às 17h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Mais informações: http://bit.ly/qQ7NQp</p>
<p>Evento: Ciclo de Estudos: Perspectivas do Humano Palestrante: Prof. Dr. José Mora Galiana - Universidad Pablo Olavide, Sevilla - Espanha Tema: Filosofia da Libertação e Direitos Humanos no pensamento de Ignacio Ellacuría Horário: 19h30min às 22h30min Local: Auditório Central - Unisinos Mais informações: http://bit.ly/imNmTU</p>
Dia 15-09-2011
<p>Evento: IHU ideias Palestrante: Prof. Dr. José Mora Galiana - Universidad Pablo Olavide, Sevilla - Espanha Tema: Vida e obra de Ignacio Ellacuría Horário: 17h30min às 19h Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Mais informações: http://bit.ly/oxFVZB</p>
<p>Evento: Ciclo de Estudos: Perspectivas do Humano Palestrante: Prof. Dr. José Mora Galiana - Universidad Pablo Olavide, Sevilla - Espanha Tema: Filosofia, Universidade e Política: a inserção social de Ignacio Ellacuría Horário: 19h30min às 22h30min Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Mais informações: http://bit.ly/imNmTU</p>
Dia 17-09-2011
<p>Evento: Gênero e Cinema - CEPAT Debatedor: Tadeu Veneri Exibição do filme: Flor do Deserto (Direção: Sherry Hormann) Horário: 8h30min às 12h Local: Sindicato dos Engenheiros - Senge - Paraná (Edif. CCI - Mal. Deodoro, 630, 22º andar) Mais informações: http://bit.ly/j1JaVQ</p>
Dia 17 e 18-09-2011
<p>Data: 17 e 18-09-2011 Evento: Escola de Formação Fé, Política e Trabalho Palestrante: Prof. Dr. César Sanson - CEPAT Tema: Brasil no século XXI: da modernização conservadora à inserção mundial - avanços e desafios Horário: Das 8h30min do sábado às 14h do domingo Local: Centro Diocesano de Formação Pastoral - Rua Emílio Ataliba Finger, 685 - Bairro Colina Sorriso, 95032-470, Caxias do Sul-RS Mais informações: http://bit.ly/eNZgB0</p>
Dia 19-09-2011
<p>Evento: EAD - Jesus e o reino no Evangelho de Marcos Tema: Conviver com Jesus (Mc 3,14-6,6) Mais informações: http://bit.ly/kLFvx8</p>

Filosofia da Libertação e direitos humanos no pensamento de Ellacuría

Laço entre ambos aspectos tinha na análise da realidade o seu grande enfoque, comenta José Mora Galiana. Calcada na realidade histórica e na prática política, o pensamento desse jesuíta não se fixava somente na filosofia “do ser enquanto ser”

POR MÁRCIA JUNGES / TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Uma filosofia centrada na realidade histórica e na prática política, ao invés de se fixar no “ser enquanto ser”. Assim pode ser caracterizado o fazer filosófico de Ignacio Ellacuría, observa o filósofo espanhol José Mora Galiana, na entrevista que concedeu, por e-mail à IHU On-Line. “A constatação da não-justiça, da não-liberdade, da não-verdade o obrigava a acentuar a dimensão ética e política da Filosofia latino-americana”, afirma. E continua: “O laço entre Filosofia da Libertação e os Direitos Humanos é uma sequência obrigatória da função pedagógica da Filosofia e de sua análise da realidade: a violação da vida, as matanças de camponeses, os desaparecidos, e os crimes de Estado obrigam moralmente à defesa dos direitos humanos, sendo o primeiro e principal da vida”.

José Mora Galiana, doutor em Filosofia, é assessor de projetos sociais e europeus na Fundação AFIES e professor de Filosofia de Direito e Política na Universidade Pública Pablo de Olavide, de Sevilha. Em outubro de 2009, junto com Juan Antonio Sennet de Frutos e Raúl Fonet Betancourt, formou o Comitê Científico do “Congresso Internacional Ignacio Ellacuría, vinte anos depois”, celebrado na Faculdade de Direito da Universidade de Sevilha. Nesta semana, participará do XII Corredor de Ideias de Porto Alegre onde proferirá a conferência O pensamento de Ignacio Ellacuría sobre Filosofia da Libertação e Direitos Humanos. Também nesta semana, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, ele continuará o Ciclo Perspectivas do Humano, apresentando a vida e a obra de Ignacio Ellacuría. Em 12-09-2011, às 19h30min, no Auditório Central da Unisinos, falará sobre Filosofia da Libertação e Direitos Humanos no pensamento de Ignacio Ellacuría. Em 15-09-2011, no IHU Ideias, das 17h30min às 19h, seu tema é Vida e obra de Ignacio Ellacuría. À noite, das 19h30min às 22h30min, apresentará a conferência Filosofia, Universidade e Política: a inserção social de Ignacio Ellacuría. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como se relacionavam o fazer filosófico e a práxis política de Ignacio Ellacuría?

José Mora Galiana - Ignacio Ellacuría, após uma sólida formação em Filosofia, considerava que o inescusável, sobretudo na América Latina, era partir da realidade, sentida, atualizada, pensada e entendida como realidade histórica estruturalmente injusta. A constatação da não-justiça, da não-liberdade, da não-verdade o obrigava a acentuar a dimensão ética e política da Filosofia latino-americana. Segue daí que, em sua época de maturidade intelectual e humana entendesse a Filosofia como síntese entre o “nous

theoretikos” e o “nous politikos”. A filosofia, para ser tal, para ser paixão e amor pelo saber e o conhecer, e pelo fazer a verdade e a justiça, tem necessariamente uma dimensão comunitária, pública e política. Por isso, o objeto da filosofia que ele propõe não é “o ser enquanto ser”, senão a realidade histórica e a práxis política.

IHU On-Line - Como podemos compreender o laço que unia Filosofia da Libertação e Direitos Humanos no pensamento desse jesuíta?

José Mora Galiana - O laço entre Filosofia da Libertação e os Direitos Humanos é uma sequência obrigatória da

função pedagógica da Filosofia e de sua análise da realidade: a violação da vida, as matanças de camponeses, os desaparecidos, e os crimes de Estado obrigam moralmente à defesa dos direitos humanos, sendo o primeiro e principal da vida. A não-vida digna obriga igualmente à defesa dos demais direitos individuais, sociais, econômicos, culturais, religiosos e políticos.

IHU On-Line - Qual é a conexão entre sua Filosofia da Libertação e a Teologia da Libertação? Em que aspectos Filosofia e Teologia da Libertação se entrelaçam ao longo de sua caminhada?

José Mora Galiana - A Filosofia da Libertação, que é libertação da Filosofia subjetiva, transcendental ou teórica e justificativa da dependência, do domínio e da escravidão, é, por sua vez, o fundamento da Teologia Canônica, que se abre “transcendentalmente” à “ortopraxis”. Pois, como amar a Deus a quem não se vê se não se ama o irmão - em situação de necessidade - a quem, sim, se vê?

IHU On-Line - Dentro da categoria “Libertação” é que podemos compreender a inserção social de Ellacuría, mesclando Filosofia, Universidade e Política? Por quê?

José Mora Galiana - O tema da Filosofia e da Política foi expressamente tratado por Ignacio Ellacuría em 1972 (justamente um ano antes de escrever sua *Teologia Política* num contexto social no qual se exigia uma reforma agrária que não chegaria a produzir-se nunca). Há neste tema um referente clássico: a pessoa e o modo de filosofar de Sócrates¹, e um referente externo: a politização universitária na Espanha frente à ditadura. Porém, substantivamente, a história é forçosamente política num ou noutro sentido e, conseqüentemente, também nossas atuações humanas, quando têm uma repercussão pública. Por isso ele coloca, a partir da Universidade, a exigência de um pensamento crítico que mergulhe no por que e no para que das coisas, da ciência e das atuações ou opções. Pode-se legitimar um status quo injusto ou se pode denunciá-lo como estruturalmente injusto. Porém, se o status quo é injusto é preciso denunciar as falácias, é preciso denunciá-las e transformar a realidade para poder alcançar a libertação das maiorias frente ao poder e o domínio das minorias. E essa é a correta polarização universitária na dimensão política da Filosofia. Esse debate, quando se trata da terra, do acesso aos bens, e dos Direitos Humanos, tem eviden-

1 Sócrates (470 a. C. - 399 a. C.): filósofo ateniense e um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental. Sócrates não valorizava os prazeres dos sentidos, todavia escalava o belo entre as maiores virtudes, junto ao bom e ao justo. Dedicava-se ao parto das ideias (Maiêutica) dos cidadãos de Atenas. O julgamento e a execução de Sócrates são eventos centrais da obra de Platão (*Apologia* e *Críton*). (Nota da IHU On-Line)

“O objeto da filosofia que ele propõe não é ‘o ser enquanto ser’, senão a realidade histórica e a práxis política”

temente uma grande projeção social. A Filosofia, toda ela, não é asséptica, pois tem de seu uma dimensão política de muito calado.

IHU On-Line - Ellacuría considerava que a realidade é que deve constituir o objeto fundamental da reflexão filosófica. A partir disso, qual é a importância do seu legado filosófico hoje, em tempos em que a injustiça social parece ter piorado?

José Mora Galiana - A importância do legado humanista (frente ao utilitarismo neoliberal ou tecnológico); do legado filosófico sobre o que, o porquê e o para que das atuações humanas; do legado político sobre a necessidade da ética na transformação social; e do legado teológico, como aposta da salvação e libertação histórica a partir das maiorias populares e a partir dos pobres de espírito, tem uma grande atualidade frente às tendências do pensamento único que querem consagrar e legitimar a concentração do capital, o poder e os bens em poucas mãos, excluindo a imensa maior parte da Humanidade, que deve passar a ser sujeito ativo de sua própria história.

IHU On-Line - E em termos eclesiais e sociológicos, que lições deixou ele a partir de sua trajetória?

José Mora Galiana - A lição que se extrai é a necessidade de apostar pelo paradigma da Comunidade Humana, sem exclusões. Pois é o conjunto, é a comunidade, e não poucos privilegiados, o que gera a plenitude e a maior riqueza de todas as nossas potencialidades. Trata-se, a longo prazo, mas também a curto e médio prazo, de ir revertendo a história, a partir das necessidades básicas e de realização da imensa maior parte dos seres humanos (praticamente os 80% da Humanidade).

IHU On-Line - Quais são as influências de Zubiri e Rahner em suas concepções teológicas?

José Mora Galiana - A principal influência de Rahner² é o sentido da historicidade que Ellacuría aplica aos conceitos teológicos (por exemplo, a “salvação” e o próprio conceito de “Deus”) e aos conceitos filosóficos, jusnaturalistas ou jurídicos (tais como a Justiça, a Verdade, o Bem Comum, a propriedade... ou a vida digna e a dignidade humana). Ellacuría partirá sempre da análise da realidade: da violação da vida, da não-propriedade de muitíssimos, do Mal Comum, da mentira e do encobrimento da verdade, e da injustiça estrutural para propor o princípio da esperança da transformação, o mais objetivamente possível, tendo em conta os condicionantes naturais, biológicos, psicológicos, pessoais, sociais e institucionais, econômicos,

2 Karl Rahner (1904-2004): importante teólogo católico do século XX. Ingressou na Companhia de Jesus em 1922. Doutorou-se em Filosofia e em Teologia. Foi perito do Concílio Vaticano II e professor na Universidade de Münster. A sua obra teológica compõe-se de mais de 4 mil títulos. Suas obras principais são: *Geist in Welt (O Espírito no mundo)*, 1939, *Hörer des Wortes (Ouvinte da Palavra)*, 1941, *Schriften zur Theologie (Escritos de Teologia)*. Em 2004, celebramos seu centenário de nascimento. A Unisinos dedicou à sua memória o *Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do século XXI*, realizado de 24 a 27 de maio daquele ano. A IHU On-Line n.º 90, de 1.º-03-2004, publicou um artigo de Rosino Gibellini sobre Rahner, disponível em <http://migre.me/11DTa>, e a edição 94, de 02-03-2004, publicou uma entrevista de J. Moltmann, analisando o pensamento de Rahner, disponível para download em <http://migre.me/11DTu>. No dia 28-04-2004, no evento *Abrindo o Livro*, Érico Hammes, teólogo e professor da PUCRS, apresentou o livro *Curso Fundamental da Fé*, uma das principais obras de Karl Rahner. A entrevista com o prof. Érico Hammes pode ser conferida na IHU On-Line n.º 98, de 26-04-2004, disponível para download em <http://migre.me/11DTM>. Ainda sobre Rahner, publicamos uma entrevista com H. Vorgrimler no IHU On-Line n.º 97, de 19-04-2004, sob o título *Karl Rahner: teólogo do Concílio Vaticano nascido há 100 anos*, disponível em <http://bit.ly/mlSwUc>. A edição número 102, da IHU On-Line, de 24-05-2004, dedicou a matéria de capa à memória do centenário de nascimento de Karl Rahner, disponível para download em <http://migre.me/11DTW>. Os *Cadernos Teologia Pública* publicaram o artigo *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner*, de autoria do Prof. Dr. Érico João Hammes. Confira esse material em <http://migre.me/11DUa>. A edição 297, de 15-06-2009, intitula-se *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, disponível para download em <http://migre.me/11DUj>. (Nota da IHU On-Line)

culturais, militares e políticos. E é aí onde a Filosofia tem uma função pedagógica e libertadora de transformação pessoal e comunitária.

A Influência principal de Zubiri está no modo de abordar a realidade, complexa e dinâmica, para ir à essência da realidade por meio da inteligência que necessariamente tem que pensar e optar por ser impressionada pela realidade histórica. Sua influência também está presente na maneira de entender a pessoa e a comunidade, em relação com a natureza, em relação com a própria realização (“personidade”) e em relação com a abertura para o que nos transcende, a partir da re-ligação filosófica, que é metafísica.

IHU On-Line - Qual é o seu sentimento ao ministrar três atividades acadêmicas num espaço chamado Sala Ignácio Ellacuría e Companheiros, na Unisinos? O que essa simbologia evoca de suas recordações?

José Mora Galiana - Meu sentimento é de agradecimento. Muito concretamente, é obrigatória a referência à pessoa que tramitou minha presença aqui, o Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz³. Eu me considero discípulo de Ignacio Ellacuría e para mim é uma honra ser convidado ao XII Corredor das Ideias e à Universidade Unisinos para expor a Filosofia da Libertação de Ignacio Ellacuría e sua defesa dos Direi-

³ Castor Bartolomé Ruiz: filósofo espanhol, professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos. Confira, nesta edição o artigo escrito por Castor *O estado de exceção como paradigma de governo*. (Nota da IHU On-Line)

“Pois, como amar a Deus a quem não se vê se não se ama o irmão - em situação de necessidade - a quem, sim, se vê?”

tos Humanos, a partir da Universidade e a partir da Filosofia Política, porém desde a impressão da realidade mais necessitada.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum aspecto não questionado?

José Mora Galiana - Ignacio Ellacuría escrevia seus cursos e redigiu os cadernos de seu livro sobre a *Filosofia da realidade histórica* a máquina. Ele foi assassinado em 16-11-1989, com o conjunto de sua comunidade⁴, no ano da queda do muro de Berlim. Salvaram-se Rodolfo Cardenal e Jon Sobrino⁵. Hoje,

⁴ no site do Instituto Humanitas Unisinos em <http://bit.ly/KkIPM>. Conheça, também, o Memorial on-line do IHU em honra aos mártires jesuítas: <http://bit.ly/8euui8>. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Jon Sobrino**: teólogo espanhol, jesuíta, que em 27-12-1938 entrou para a Companhia de Jesus e em 1956 e foi ordenado sacerdote em 1969. Desde 1957, pertence à Província da América Central, residindo habitualmente na cidade de San Salvador, em El Salvador, país da América Central, que ele adotou como sua pátria. Licenciado em Filosofia e Letras pela Universidade de St. Louis (Estados Unidos), em 1963, Jon Sobrino obteve o master em Engenharia na mesma Universidade. Sua formação teológica ocorreu no contexto do espírito do Concílio Vaticano II, a realização e aplicação do Vaticano II e da II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano, em Me-

contudo, ainda não se reverteram os dividendos da paz em saúde, educação, ciência e bem-estar social. Ainda segue vigente o paleolítico da economia da guerra e a tecnologia militar e paramilitar. Já é hora que, por meio da internet, por meio do pensamento crítico ativo, nos unamos todas as Universidades do Mundo para reverter a história, para humanizar mais e mais o sentido da vida, da convivência e da construção da cidade.

dellín, em 1968. Doutorou-se em Teologia em 1975, na Hochschule Sankt Georgen de Frankfurt (Alemanha). É doutor honoris causa pela Universidade de Lovain, na Bélgica (1989), e pela Universidade de Santa Clara, na Califórnia (1989). Atualmente, divide seu tempo entre as atividades de professor de Teologia da Universidade Centroamericana, de responsável pelo Centro de Pastoral Dom Oscar Romero, de diretor da Revista Latinoamericana de Teologia e do Informativo “Cartas a las Iglesias”, além de ser membro do comitê editorial da Revista Internacional de Teologia Concilium. A respeito de Sobrino, confira a ampla repercussão dada pelo site do IHU em suas *Notícias do Dia*, bem como o artigo A hermenêutica da ressurreição em Jon Sobrino, publicada na editoria Teologia Pública, escrita pela teóloga uruguaia Ana Formoso na edição 213 da IHU On-Line, de 28-03-2007, disponível para download em <http://migre.me/UHJB>. A IHU On-Line também produziu uma edição especial, intitulada Teologia da Libertação, no dia 02-04-2007. A edição 214 está disponível em <http://migre.me/UHKA>. Sobre a censura do Vaticano a Sobrino, confira: Teólogos espanhóis criticam a condenação de Jon Sobrino, disponível em <http://migre.me/UHKF>, ‘Jon Sobrino, com o tempo, será reabilitado’, afirma Ernesto Cavassa, disponível em <http://migre.me/UHL3>, Notificação a Jon Sobrino. Teólogos apelam por reforma da Congregação para a Doutrina da Fé, disponível em <http://migre.me/UHLK>, O caso Jon Sobrino como sintoma. Um artigo de Andrés Torres Queiruga, disponível em <http://migre.me/UHLN>. (Nota da IHU On-Line)

CICLO DE PALESTRAS: ECONOMIA DE BAIXO CARBONO. LIMITES E POSSIBILIDADES

PROF. DR. SERGE LATOUCHE, PROFESSOR DE ECONOMIA NA UNIVERSIDADE DE PARIS XI,
SCEAUX / ORSAY

SOCIEDADE CONVIVIAL E ECONOMIA DE BAIXO CARBONO: UMA RELAÇÃO CONVIVIAL?

DATA: 23/11/2011

INFORMAÇÕES EMHTTP://MIGRE.ME/5FWYL

O estado de exceção como paradigma de governo

Existe uma “tentação” dos Estados em deslocar as medidas provisórias e excepcionais para técnicas de governo, acentua Castor Ruiz. Em regimes absolutistas a exceção se converte em norma, e os sujeitos são degradados a *homo sacer*, mera vida nua

POR CASTOR RUIZ

“O estado de exceção visa sempre o controle (bio)político da vida humana. Ele se torna uma técnica biopolítica e policial muito eficiente para controlar e governar os grupos sociais perigosos”. A reflexão é do filósofo espanhol Castor Ruiz, professor na Unisinos, em um artigo que escreveu especialmente para a IHU On-Line adiantando aspectos que irá abordar nesta segunda-feira, dia 12-09-2011, no evento Giorgio Agamben: “O Homo Sacer I, II, III. A exceção jurídica e o governo da vida humana”, cujo tema é O estado de exceção como paradigma de governo. A programação completa pode ser conferida em <http://bit.ly/qQ7NQp>. O presente artigo é parte de uma série de reflexões escrita por Castor sobre o Homo Sacer. Segundo ele, “nos regimes absolutistas, como nos autoritarismos, a exceção é norma, já que a norma emana da vontade soberana que vigora com pleno arbítrio. O Estado de direito foi instituído para abolir a arbitrariedade da vontade soberana e em seu lugar instituir a lei de forma isonômica. Porém, o que a tese de Agamben desvela é que o Estado de direito não conseguiu abolir plenamente a vontade soberana, senão que ela persiste oculta como potência do Estado para ser utilizada quando necessária”. E pondera: “O excluído social sobrevive privado de direitos fundamentais. Sobre ele se abate um estado de exceção de fato, pois está privado de direitos básicos que reduzem sua vida a uma sobrevivência muitas vezes indigna que, em muitos casos, simplesmente o conduz diretamente para a morte”.

Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos, Castor Ruiz é graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutor em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Organizou as obras *Direito à justiça, memória e reparação* (São Leopoldo: Casa Leiria, 2010), *Justiça e memória. Por uma crítica ética da violência* (São Leopoldo: Unisinos, 2009) e escreveu inúmeras outras, dentre as quais citamos *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003). Leia, ainda, o livro eletrônico do XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana, no qual Castor contribui com o artigo *A exceção jurídica na biopolítica moderna*, disponível em <http://bit.ly/a88wnF>. Confira o artigo.

Carl Schmitt¹, em seu livro *Teologia política*, estabelecia uma contiguidade essencial entre a lógica da soberania e o estado de exceção. Schmitt define o soberano como “aquele que decide so-

¹ Carl Schmitt (1888-1985): jurista e cientista político alemão. A IHU On-Line 139, de 2-05-2005, publicou o artigo O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo. (Nota da IHU On-Line)

bre o estado de exceção”. Agamben²

² Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG,

2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em <http://migre.me/uNk1>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista “Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, po-

retoma a problemática com novas perspectivas. Há um consenso teórico que o estado de necessidade sobre o qual se fundamenta o estado de exceção, não pode ter uma formulação jurídica pré-definida, pois ele (o estado de necessidade) se situa no limiar do direito e a política. O estado de exceção coloca-se no limite da ordem e do direito; ele define os limiares que (des)velam os fundamentos políticos da ordem e a legitimidade de qualquer direito. As medidas excepcionais encontram-se numa situação paradoxal já que elas não podem ser apreendidas nem compreendidas plenamente no plano do direito por sua própria condição de excepcionalidade, caso contrário não seriam excepcionais. Por isso o estado de exceção criou-se como forma legal daquilo que não pode ser legal. Tenta legitimar aquilo que não tem legitimidade jurídica, ou seja, a exceção, e como consequência a arbitrariedade de quem decide a exceção.

Na base da exceção encontra-se sempre uma vontade soberana que tem o poder de decretá-la, de forma mais ou menos arbitrária, suspendendo total ou parcialmente a ordem. A exceção revela o soberano. Ao decretar a exceção, o soberano sai das penumbras do direito e mostra-se como aquele que tem o poder de suspender o direito e impor uma ordem a partir de sua vontade soberana.

Agamben analisa que exceção não só revela o soberano, mas também que existe em relação à vida humana. A vontade soberana não exerce sua soberania sobre as coisas, as instituições, o território ou a riqueza, senão sobre a vida humana. A soberania só existe como vontade arbitrária que captura a vida humana sob a norma de sua vontade. Sem a captura da vida humana, a soberania se desmancha em seus fundamentos. Eis por que Agamben pode afirmar que a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida. Tal referência lítica e direito”, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse <http://migre.me/uNKY>. Confira, também, a entrevista Compreender a atualidade através de Agamben, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em <http://migre.me/uNMe>. A edição 81 da Revista IHU On-Line, de 27-10-2003, tem como tema de capa O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna, disponível em <http://migre.me/uNo5>. (Nota da IHU On-Line)

é paradoxal, como a própria soberania, já que inclui a vida dentro de si (dentro da exceção) por meio da suspensão do direito. É uma inclusão excludente, ou uma exclusão inclusiva. Exclui do direito para incluir a vida na exceção. A exceção opera como estrutura política paradoxal que captura a vida humana ao mesmo tempo em que a abandona à condição de mero ser vivente.

Uma vontade oculta

Há de se constatar que o estado de exceção é uma figura jurídica criada pelo Estado de direito. Nos regimes de soberania absoluta não era necessário o estado de exceção, pois a vontade soberana governava como exceção permanente. Ela era a norma arbitrária da ordem e do direito. Nesse caso a exceção é desnecessária porque é permanente. Nos regimes absolutistas, como nos autoritarismos, a exceção é norma, já que a norma emana da vontade soberana que vigora com pleno arbítrio. O Estado de direito foi instituído para abolir a arbitrariedade da vontade soberana e em seu lugar instituir a lei de forma isonômica. Porém, o que a tese de Agamben desvela é que o Estado de direito não conseguiu abolir plenamente a vontade soberana, senão que ela persiste oculta como potência do Estado para ser utilizada quando necessária.

A figura do estado de exceção desvela a vontade soberana oculta nas penumbras do Estado de direito, pronta para ser invocada como técnica política de governo da vida humana. Cada vez que a ordem social estiver ameaça por qualquer pessoa ou grupo social, poderá ser invocada a figura da exceção para suspender total ou parcialmente o direito sobre essas pessoas. A exceção retira o direito da vida e torna a vida humana pura vida nua, *homo sacer*. Nessa condição, a vida humana se torna frágil, vulnerável e facilmente controlável. O estado de exceção visa sempre o controle (bio)político da vida humana. Ele se torna uma técnica biopolítica e policial muito eficiente para controlar e governar os grupos sociais perigosos. Nesta condição os Estados modernos não cessam de utilizar uma e outra vez a exceção jurídica como uma técnica

política e policial de governar as populações que eles consideram perigosas. Nesse sentido que Agamben enuncia a tese de que o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante da política contemporânea. Há uma tentação dos Estados em deslocar as medidas provisórias e excepcionais para técnicas de governo. Enquanto as medidas excepcionais se tornam mais habituais, a exceção tende a ser normal, a tornar-se norma. O uso constante da exceção como forma de controle das vidas “perigosas”, torna-a uma técnica política de governo da vida humana amplamente utilizada pelos Estados modernos.

Há um claro significado biopolítico na estrutura original do estado de exceção em que o direito inclui em si o vivente por meio da suspensão do próprio direito. Todas as ditaduras latino-americanas, entre outras, utilizaram-se do estado de exceção como figura jurídica para suspender a ordem, os direitos e garantias constitucionais com objetivo de defender essa mesma ordem. Todos os opositores dos regimes foram imediatamente inscritos na forma da exceção e incluídos pela suspensão dos direitos; ficaram excluídos na forma de novos *homo sacer*. Os sucessivos Atos Institucionais decretados pelos militares brasileiros a partir de 1964 eram formas cada vez mais sofisticadas de excepcionalidade jurídico-política com objetivo de capturar, de forma mais detalhada e eficiente, a vida humana dos opositores do regime.

Nos regimes ditatoriais a exceção é evidente ao ponto de se tornar a norma. Contudo, a questão central que Agamben coloca é que a exceção não se limita aos regimes ditatoriais, mas que ela permanece como potência na sombra do Estado de direito e ainda se alastra como técnica de governo. Nesse caso, a exceção poderá ser invocada a cada circunstância em que alguém (a vontade soberana) a considere necessária para se defender a ordem. Há que se ter em conta que, sob o conceito de defesa da ordem jurídica, oculta-se, na maioria das vezes, a defesa de interesses corporativos. Sendo a exceção uma potência permanente do Estado, ela se torna uma ameaça constante para a vida de todos. A vida humana nos estados de direito não está livre da vontade sobe-

rana. Pelo contrário, continua a existir como ameaça potencial que se mostrará real quando invocar a necessidade de impor a exceção. A exceção revela o soberano oculto nos marasmos institucionais e captura a vida humana pela exclusão inclusiva dos direitos fundamentais. Lembremos nas proximidades do 11 de setembro que o dia 26 de outubro de 2001, o senado norte-americano promulgou a *Patriot Act* que permitia ao “Attorney general” manter preso a qualquer estrangeiro (*alien*) que fosse sequer suspeito (não precisava de provas ou evidências) de atividades que colocassem em perigo (não precisava ter cometido um ato, só pensar que podia representar uma ameaça) a “segurança nacional dos EUA”. Este ato legal do presidente Bush anulava radicalmente o estatuto jurídico do indivíduo conduzindo-o a um ser inominável, inclassificável juridicamente. As constantes práticas de cárceres clandestinas da Otan por diversos países para encerrar, interrogar e torturar estes prisioneiros suspeitos de terrorismo (descobriu-se que Kadafi tinha permitido aos EUA e à Inglaterra a instalação, na Líbia, de campos de prisioneiros para serem interrogados), a situação dos migrantes sem documentos, os decretos de exceção nos tumultos em bairros da França ou Inglaterra, a situação de muitas favelas de Rio de Janeiro e São Paulo, as contínuas tentativas de criminalizar os movimentos sociais no Brasil, o fato de governar por decretos presidenciais (que são atos de exceção), entre outros, são exemplos vivos em que a exceção continua operando como técnica de governo de populações perigosas. Cada vez que um grupo social representar uma ameaça para a ordem, o Estado de direito invocará a exceção para suspender seus direitos tornando-o vulnerável e como consequência facilmente governável. Nesse ato de excepcionalidade captura-se a vida humana mas também se revela a vontade soberana, oculta no Estado de direito.

Exclusão social e estado de exceção

Agamben assinala que o estado de exceção revela não só a vontade soberana oculta no Estado de direito, mas deixa transparecer a natureza constitutiva da ordem jurídica. Ainda Wal-

ter Benjamin³ captou outra dimensão da exceção quando na sua tese VIII da obra *Teses sobre o conceito de História*, afirma que “para os oprimidos o estado de exceção é a norma”. Nos oprimidos políticos opera um estado de exceção de direito que suspende os direitos fundamentais por decreto de uma vontade soberana e reduz sua vida a uma mera vida nua. Contudo, nos excluídos sociais opera um outro tipo de exceção que é muito mais paradoxal e como consequência mais difícil de captar. O excluído social sobrevive privado de direitos fundamentais. Sobre ele se abate um estado de exceção de fato, pois está privado de direitos básicos que reduzem sua vida a uma sobrevivência muitas vezes indigna que, em muitos casos, simplesmente o conduz diretamente para a morte. A vida do excluído é uma vida nua, um *homo sacer* reduzido, em diversos graus, à sobrevivência indigna e, em muitos casos, a uma morte certa. (Pensemos nas milhares de pessoas que morrem no Brasil, e cujas mortes poderiam ser evitadas, simplesmente porque não tem o atendimento de saúde necessário.) Na vida destes excluídos “a exceção é norma”. Vivem em um permanente estado de exceção. Às vezes por muitas gerações vêm sobrevivendo numa condição de vida nua, de suspensão de direitos fundamentais que torna sua vida uma vida indigna.

Na condição dos excluídos a exceção é a norma, porém de uma forma paradoxal. É uma exceção que não foi decretada por uma vontade soberana explícita. Não há um decreto jurídico ou político suspendendo os direitos dos excluídos. Pelo contrário, eles têm garantidos “formalmente” todos os direitos. É a garantia formal dos direitos que torna os excluídos invisíveis para o direito. Ao não existir um ato soberano de direito que suspenda os direitos dos excluídos, sua condição de vida nua

3 Walter Benjamin (1892-1940): filósofo alemão crítico das técnicas de reprodução em massa da obra de arte. Foi refugiado judeu alemão e diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista O império do instante e a memória, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora às *Notícias do Dia* 01-11-2009, disponível em <http://bit.ly/2FtAJJl>. (Nota da IHU On-Line)

não é reconhecida pelo direito como um ato de exceção. Como consequência ele, o direito, não se considera responsável pela sua condição de *homo sacer*.

Nos excluídos o estado de exceção opera como autêntica técnica de governo da vida. Porém é uma exceção decretada além do direito, na economia política. A exceção imperante sobre a vida nua dos excluídos emerge de uma vontade soberana anônima operativa na burocracia do Estado e nas corporações do mercado. A exceção se tornou uma técnica de governo da vida humana que se ativa cada vez que se decide soberanamente cortar investimentos em saúde, educação, salário mínimo, moradia... Ao decretar por um ato de governo do Estado, ou por uma decisão administrativa da corporação, que é necessário o sacrifício de milhares de pessoas para um ajuste fiscal ou aumento de lucros, aplica-se uma suspensão efetiva de condições necessárias para uma vida digna dessas milhares de pessoas e sua inexorável condenação à condição de *homo sacer*.

Cada vez mais a vida humana está implicada na política, o que torna a política moderna uma biopolítica. Na biopolítica, a exceção tende a ser utilizada como técnica eficiente do governo da vida humana, o que, cada vez mais, faz da exceção uma norma de governo, uma forma normal de governar através da normatização excepcional da vida.

LEIA MAIS...

Castor Ruiz já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line:

* *Homo sacer*. O poder soberano e a vida nua. Revista IHU On-Line, edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/naBMm8>

* O campo como paradigma biopolítico moderno, Revista IHU On-Line, edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nPTZz3>

* “O campo não foi inventado pelos nazistas. Eles só levaram a suas últimas consequências a figura política da exceção”. Notícias do Dia 26-07-2011, disponível em <http://bit.ly/qzaodV>

* Esquecer a violência: uma segunda injustiça às vítimas. Notícias do Dia 17-04-2011, disponível em <http://bit.ly/fKjo2T>

* Alteridade, dimensão primeira do sujeito. Revista IHU On-Line, edição 334, de 21-06-2010, disponível em <http://bit.ly/ce9wfa>

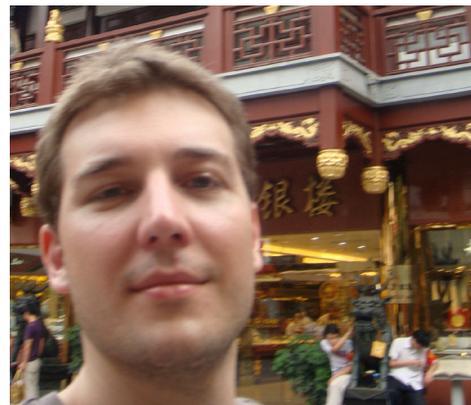
* A exceção jurídica na biopolítica moderna, Revista IHU On-Line, edição 343, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/dk05vS>

IHU Repórter

Vítor Fabian Brock

POR THAMIRIS MAGALHÃES | FOTOS ARQUIVO PESSOAL

“Um projeto em andamento”. Assim se define o professor tutor do Ensino a Distância Vítor Fabian Brock, 29 anos. Tranquilo, o também mestrando em Administração diz que nunca se dá por satisfeito e está sempre em busca de mais conhecimentos, além de melhorar como pessoa. “Sou caseiro. Meu agito, quando tenho tempo, é viajar”. Vítor Brock, apesar da pouca idade, já conhece mais de 30 países e seu sonho é poder um dia viajar pelo mundo. “Gostaria de um dia ter a disposição e o tempo necessário para viajar, dar a volta ao mundo. Conhecer todos os países que ainda não conheci, voltar para alguns que eu gostei. Meu sonho está parcialmente realizado. Estou a caminho de realizá-lo, quem sabe um dia, totalmente”, diz. Conheça um pouco mais da sua história.



Quem sou eu - Sou muito caseiro. Gosto mais de ficar em casa. Mas também tenho um lado mais aventureiro, que é de viajar. Adoro viajar. Essa é uma das minhas paixões.

Origem - Nasci em Novo Hamburgo. Passei grande parte da minha vida lá. Mas morei por um ano em Los Angeles. Também morei em Sidney. E, atualmente, moro com minha mãe, Helena. Meus pais são separados. E meu pai, Fernando, mora em Novo Hamburgo. Tenho uma irmã mais velha, a Monique, que mora em Sidney.

Formação - Graduei-me na Unisinos em 2008, no curso de Comércio Exterior e comecei no início de 2010 o meu mestrado em Administração também aqui. Terminei esse ano. Atualmente sou professor tutor do Ensino a Distância, ministrando aulas para diversas disciplinas relacionadas à área de administração, comércio exterior e do curso Tecnólogo em Logística. Na verdade, algumas disciplinas que eu leciono são comuns a diversos outros cursos. Ainda trabalho com consultoria empresarial.

Docência - Sempre foi um projeto meu ingressar na carreira docente,

porque desde cedo comecei a trabalhar e tive experiências profissionais. Consegui conquistar muitas coisas na parte profissional bem cedo. Então, sempre tive essa ideia de começar a ser professor para também passar um pouco da minha experiência aos alunos. Era muito amigável; ajudava meus colegas sempre que eles tinham alguma dificuldade. Então, fazia parte de um projeto meu de vida e quando surgiu a oportunidade, que foi uma indicação do próprio pessoal do mestrado, quando a Unisinos divulgou que precisava de docentes nessa área, candidatei-me e fui selecionado.

Objetivos - Pretendo continuar dando aula. Na verdade, quero conciliar tanto a carreira docente como a carreira profissional. Como sou da área da Administração, acho sempre muito importante estar vinculado na parte profissional, ter a vivência em empresas, tanto através de consultoria ou trabalhando efetivamente em uma empresa para se manter informado, além de ajudar a própria organização que eu estiver a estreitar o vínculo empresa/universidade.

Intercâmbio - Quando terminei o ensino médio, fiz intercâmbio em Los

Angeles. Fiquei um ano lá. E quando regressei ao Brasil, em 2002, comecei a minha graduação em Comércio Exterior aqui na Unisinos. Fui a Los Angeles para poder adquirir maior fluência em inglês, para dominar mais o idioma, uma vez que não tinha formação na língua. Fui para lá sabendo muito pouco, só o que aprendi no ensino médio, que não oferecia muita base. Além disso, tenho familiares em Los Angeles. Morei com a minha tia. Então, acabou sendo mais fácil.

Lazer - Minhas horas livres geralmente são no final de semana. Então, o que gosto de fazer é brincar com meus cachorros. Tenho oito. Dois estão em casa e os outros na empresa do meu pai. A demanda de leitura no mestrado é enorme. Logo, a gente acaba se privando um pouco do lazer. Mas gosto de ver filmes.

Viagens - Viajei bastante. Conheço uns trinta países. Já estive em todos os continentes. Estive em alguns países da América do Sul, como Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Na América do Norte, conheço o México e Estados Unidos. Ainda não fui ao Canadá, mas quero muito conhecer. Conheço praticamente toda a Europa, menos



França, Espanha e Portugal. Mas estive na Alemanha, Polônia, Reino Unido, Áustria, Eslováquia. Fui a todos a passeio. Também estive na África do Sul, apesar de ter sido um período mais curto. Na verdade, foi quando estava indo para a China, na terceira vez que fui ao país. Geralmente viajo sozinho. Mas, quando ia à China, geralmente ia a trabalho, com colegas. Visitei ainda algumas ilhas da Oceania. Conheço também a Indonésia, Cingapura, Tailândia, Emirados Árabes, Omã, Catar...

Sidney - Morei na Austrália um ano. Já que minha irmã mora lá, decidi passar um tempo no país. Tinha acabado de me formar e queria viajar um pouco mais. Então, decidi ficar um tempo por lá. Queria começar uma especialização. Comecei uma em Marketing Internacional, mas não consegui concluir. Retornei ao Brasil em 2010 e comecei o mestrado.

Autor - Sou fascinado pelo chileno Pablo Neruda. Quando estive no Chile fui à casa dele. Fiquei ainda mais interessado pelas suas obras. Foi fantástico, porque eu consegui entender um pouco de onde ele buscava a inspiração: a casa dele é de frente para o mar. Ela é bem alta. Então, parece que tu estás em um barco. Tu olhas pela janela e vê todo o mar Pacífico. É lindo. Dos livros dele, gosto especialmente do *Cem sonetos de amor*.

Filme - *O jardineiro fiel*.

Política no Brasil - Considero-me um apolítico. Tento ser bastante imparcial com questões políticas, até porque eu nunca fui vinculado a nenhum partido.

Religião - Sou católico, não praticante, mas fui batizado, fiz primeira comunhão, porém não a crisma.

Sonho - Conhecer todo o mundo. Gostaria de um dia ter a disposição e o tempo necessário para viajar, dar a volta ao mundo. Conhecer todos os países que ainda não conheci, voltar para alguns que eu gostei. Meu sonho está parcialmente realizado. Estou a caminho de realizá-lo, quem sabe um dia, totalmente. Um dos meus sonhos era estar atuando também como professor, que já está sendo realizado. Além disso, outro sonho é fazer o doutorado.

Unisinos - Pretendo continuar trabalhando na Unisinos. Ela tem sido a minha casa já há quase dez anos. Então, é estranho eu me imaginar, às vezes, não vindo para a Unisinos, porque eu venho desde 2002 com certa frequência. Tenho muitos amigos aqui. Além disso, sempre admirei bastante essa universidade, a posição dela tanto no desenvolvimento econômico da região como no desenvolvimento social. Eu realmente pretendo continuar vinculado a ela.

Realização - Senti-me muito realizado quando fui chamado para dar aula aqui. Fiquei muito feliz

em poder continuar o vínculo com a universidade, de poder estar próximo de outros professores, funcionários, até porque a gente acaba fazendo amizades com todo mundo, principalmente com alguns colegas que já começaram a atividade docente também. Além disso, tenho a oportunidade de estar mais próximo de alguns professores que eu conheci durante a minha graduação e é muito legal, porque antigamente eu ouvia muito dos meus docentes falarem na sala de aula, e agora eu os vejo na sala dos professores. E eles me dizem: “que legal que tu estás dando aula. Eu sabia que tu tinhas capacidade”. Eles sempre me elogiaram bastante. Então, sinto-me bem realizado com isso. Na verdade, sempre fui bastante estudioso. Fui o melhor aluno da minha turma na graduação.

Autodefinição - Um projeto em andamento. Eu nunca me dei por satisfeito pela minha situação atual. Sempre quis buscar mais conhecimentos. E melhorar como pessoa. Sou tranquilo. Caseiro. Meu agito, quando tenho tempo, é fazer viagem. Claro, nem sempre foi assim. Quando eu era adolescente, era mais agitado, fazia mais festa, sempre ficava na rua com os amigos, andava de skate, roller, etc.

Projetos - Estou escrevendo um livro de poesias. Essa é uma das coisas que estou fazendo no meu tempo livre. Estou vendo a possibilidade de publicá-lo no início do ano que vem. Na verdade, escrevo poesias desde os meus 15 anos. Mas sempre escrevia, guardava e deixava de lado. Então, ano passado, quando estava arrumando o meu quarto, encontrei a caixinha com todas as poesias que havia escrito. E me lembrei que fazia tempo que eu tinha guardado. Então, pensei em recuperá-los, revisar, organizar em cima de alguma temática e publicar. Também tive muita influência de um amigo meu que publicou um livro de contos. Ganhei um livro dele. Li, achei muito legal e pensei: “eu também tenho coisas que eu posso publicar. Também tenho inspiração para escrever”.

Destaques



Pra **viver** tem que cuidar e fazer **acontecer**

Campanha 10:10

Campanha 10:10 UNISINOS motivada pelo Mundial sem Carro e acontece em 22 de setembro, propõe a mobilização da comunidade universitária para atividades na semana de 20 a 25 de setembro, que possam expressar o compromisso de todos com a melhoria da qualidade ambiental e a redução da emissão de CO₂.

Nesta semana, a sugestão é que possamos fazer uso da bicicleta, da caminhada, do transporte público e da carona solidária. Formas que apresentam possibilidades para que a qualidade de vida pessoal e coletiva alcance novos patamares. Destaca-se a atividade física oportunizada pela caminhada e uso da bicicleta; a oportunidade de avaliar e qualificar os serviços de transporte público, através do seu uso; a possibilidade de convivência no transporte coletivo, assim como através da carona solidária.

Eis as inúmeras possibilidades recriadoras da vida, que poderemos experimentar ao longo da semana e, ao mesmo tempo, apontar perspectivas para a qualidade ambiental das nossas cidades e campus universitário. A Campanha 10:10 Unisinos, coordenada pelo Sistema de Gestão Ambiental - SGA e pelo Instituto Humanitas Unisinos, é um projeto em realização na universidade desde 10 de outubro de 2010, com o objetivo de melhorar a qualidade ambiental do campus e reduzir em 10% a emissão do CO₂. Trata-se de uma campanha assumida mundialmente para que, em meio a práticas concretas no dia-a-dia possamos ir mudando a realidade ambiental e, ao mesmo tempo, os padrões culturais das relações entre as pessoas e delas com o ambiente, em vista da afirmação de uma sociedade com outros padrões de sustentabilidade.

Neste contexto, chamamos a todos que possam empenhar-se para novas experiências de relações sociais e ambientais na semana de 20 a 25 de setembro. Eis a possibilidade de uma maior conhecimento e convivência entre colegas, professoras/res e funcionários/as e de cuidar coletivamente mais do meio ambiente. Práticas coletivas que podem oportunizar melhorias também no transporte coletivo, que apresenta-se como uma possibilidade para a melhoria ambiental. Podemos também com isso avaliar os espaços das cidades e universidade, seu planejamento e condições de acesso e de respeito ao ambiente.

Com isso, você estará reduzindo as emissões de CO₂ e outros gases poluentes na atmosfera, poupando recursos não-renováveis, como o petróleo, diminuindo os congestionamentos e riscos de acidentes, e ainda fazendo algumas economias com combustível, estacionamento e outros custos.

Quem sabe não é esse o incentivo para outras práticas e reflexões sobre a vida que temos e a vida que queremos, apontando para novas práticas ao longo de todo o ano.

Algumas análises sobre a realidade do Vale já foram sistematizadas e estão apresentadas. Confira os seguintes links: a sustentabilidade do Vale em relação ao transporte público e privado; a sustentabilidade do Vale como está e que podemos fazer? O cuidado do ar, o aquecimento global como pode ser reduzido no campus da UNISINOS?

Carona Solidária: O compartilhamento de carros está se desenvolvendo no mundo todo e tem um impacto muito forte no meio ambiente: em vez de ser dono de um carro, você apenas paga uma assinatura anual de um serviço e só ganha um carro quando precisa dele” (Revista IHU 311, Laville Elisabeth) Dentro do campus como nós organizamos para fazer nossa parte? Possivelmente encontraremos pessoas que já praticam este desafios e outras que podem ser incentivadas pela proposta da Campanha10:10 na Unisinos. Como podemos incentivar a carona solidária e o dia Mundial sem carro, dia 22 de setembro, utilizando nossas redes sociais? Sabemos que de um dia para outro não mudamos nossa maneira de pensar e agir. Aquele antigo trabalho de formiguinha é o que tem colaborado para os avanços, ainda que não suficientes, para a conservação e a preservação do meio. Lembrando sempre que o meio ambiente inclui também nossa vida, que, aliás, se tornou a maior vítima deste processo de destruição, poluição, por isso todos os esforços possíveis são significativos ainda que pareçam pequenos. No mês de outubro temos outra proposta, fique ligado/a para contribuir mais com a melhoria de qualidade de vida ambiental.

Siga o IHU no



(http://twitter.com/_ihu)

E também no

facebook

(<http://bit.ly/ihufacebook>)

Apoio:

